

Juros atingem recorde histórico: valores acumulados no pagamento sobre a dívida pública brasileira nos últimos dozes meses, até janeiro de 2026, chegaram a R\$ 1,03 trilhão – e a Dívida Bruta atingiu R\$ 10,1 trilhões – 78,7% do PIB
Pág. 32

Taxa de juros Selic: o exterminador da economia brasileira

É urgente reduzir de forma significativa e já em março, a taxa de juros Selic - ou a economia brasileira vai colapsar de vez

Pág. 28



JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira



A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo".

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US\$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R\$ 5,00 - equivale a R\$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro – União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.

Tel: 31 3281-6474 - revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040
BELO HORIZONTE - MG - www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:

Retirada na sede de MercadoComum: R\$ 100,00
Envio: BH/Interior de MG: R\$ 120,00 - Outros Estados: R\$ 140,00

PAGAMENTO:

Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MERCADOCOMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
MARÇO DE 2026
33 ANOS - EDIÇÃO 355

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação
(31) 99503-4003

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
newsletter@mercadocomum.com

MercadoComum* é uma publicação mensal de MinasPart Comunicação, Ltda. CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número: 817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: newsletter@mercadocomum.com
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4

A Economia com Todas as Letras e Números



18

Mundo Empresarial



28

Debate Econômico

40

Destaques

58

Opinião

Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário nacional, sobre vários assuntos.

52

Gastronomia

63

Lançamentos

Mudança no consumo de saúde impulsiona mercado bilionário e amplia empregos no setor farmacêutico em 2026

Avanço da saúde preventiva, novos serviços nas farmácias e maior busca por qualificação profissional redesenham o perfil das oportunidades e exigem novas competências no setor



O mercado farmacêutico brasileiro atravessa um dos momentos mais consistentes de expansão dos últimos anos, consolidando-se como um dos setores que mais geram oportunidades de trabalho em 2026. Impulsionado pelo envelhecimento da população, pela crescente busca por cuidados preventivos e pela transformação das farmácias em espaços de serviços de saúde, o segmento amplia sua relevância econômica e social em todo o país.

Os números reforçam esse cenário positivo. O varejo farmacêutico movimentou cerca de R\$ 158,4 bilhões em 2024, crescimento aproximado de 11% em relação ao ano anterior. Considerando indústria, distribuição e varejo, o mercado já ultrapassa R\$220 bilhões em faturamento anual, posicionando o Brasil entre os dez maiores mercados farmacêuticos do mundo, com projeções de expansão superiores a 10% ao ano até 2026.

Mais do que crescimento financeiro, o setor também se destaca pela forte geração de empregos. A indústria farmacêutica registrou cerca de 203 mil pos-

tos formais em 2024, com remuneração média acima de R\$ 6,5 mil, uma das mais altas entre os segmentos industriais. No varejo, a abertura contínua de unidades e a ampliação das redes contribuem para aumentar as oportunidades de entrada no mercado de trabalho, especialmente em funções ligadas ao atendimento e à operação das lojas.

Outro fator determinante é a capilaridade do segmento. O Brasil conta atualmente com mais de 90 mil farmácias em funcionamento, presentes em praticamente todos os municípios. Ao mesmo tempo, projeções do IBGE indicam que pessoas com mais de 60 anos devem representar cerca de 25% da população brasileira até 2030, movimento que tende a ampliar a demanda por medicamentos, acompanhamento terapêutico e orientação especializada.

Essa mudança também redefine o papel das farmácias, que deixam de atuar apenas como pontos de venda para assumir funções mais consultivas, oferecendo testes rápidos, serviços clínicos e suporte ao paciente. Como consequência, cresce a necessidade de

profissionais preparados para um atendimento técnico, humanizado e orientado à experiência do consumidor.

Para Lissandro Falkowski, gerente de Educação do CEBRAC (Centro Brasileiro de Cursos), a evolução do setor está diretamente ligada à qualificação profissional. “O mercado farmacêutico continua expandindo, mas hoje exige profissionais mais completos, que entendam rotinas técnicas e, ao mesmo tempo, saibam se comunicar e orientar o cliente em um ambiente cada vez mais consultivo”, afirma.

Diante desse cenário, cresce também a procura por formação específica voltada à área. O curso de Atendente de Farmácia tem ganhado destaque por preparar profissionais para atuar nas novas demandas do setor, abordando desde organização e dispensação de medicamentos até atendimento ao cliente, noções de farmacologia e práticas alinhadas à realidade das redes farmacêuticas.

Segundo Falkowski, a qualificação acelera o acesso às oportunidades e amplia perspectivas de crescimento profissional. “A formação direcionada permite que o aluno compreenda a dinâmica do mercado e aumente sua empregabilidade em um setor que segue em expansão e oferece caminhos reais de carreira”, explica.

Com crescimento sustentado, ampliação dos serviços de saúde e aumento da demanda por profissionais capacitados, o mercado farmacêutico se consolida como um dos mais promissores do país. Nesse contexto, investir em qualificação torna-se um passo estratégico para acompanhar a evolução do setor e ocupar as novas oportunidades que surgem com a transformação do cuidado em saúde no Brasil.

Seguros de Pessoas cresceram 8,3% em 2025

Resultado reflete variação dos prêmios, que somaram R\$ 78,8 bilhões em 2025, mais de R\$ 6 bilhões acima do registrado no ano anterior

Relatório elaborado pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida — Fenaprevi, com base nas informações da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, revela que em 2025 os prêmios de seguros de pessoas totalizaram R\$ 78,8 bilhões, crescimento de R\$ 6,1 bilhões ou 8,3% em comparação com 2024.

O documento permite o acompanhamento detalhado por produto e indica que 49% do total de prêmios foi em seguros de Vida (modalidades individual e coletiva), seguido por 27% no Prestamista e 12% em Acidentes Pessoais. Adicionalmente, ao comparar com o observado em 2024, os crescimentos mais expressivos foram registrados nos prêmios dos seguros contra Doenças Graves (19,7%), Vida Individual (14,1%) e no Vida em Grupo (10,6%).

De acordo com o presidente da Federação, Edson Franco, “as seguradoras têm um amplo portfólio de soluções financeiras para amparar a população e suas famílias”. Ele cita como exemplo as coberturas por morte (natural e acidental); funeral; invalidez; prestamista; educacional; diária por incapacidade temporária; viagem; pecúlio por morte e invalidez; pensão por morte; renda por invalidez; doenças graves; despesas médicas, hospitalares e odontológicas; diária por internação hospitalar, dentre outras.

“Visando ampliar ainda mais o leque de proteção financeira, aguardamos a possibilidade da comercialização do Seguro de Vida Universal, à semelhança do que ocorre em outros países, onde há grande aceitação por parte da população, em todas as



camadas sociais. Esse seguro, com o adequado tratamento tributário, possui enorme potencial de ampliar a proteção securitária de nossa população” complementa o executivo.

BENEFÍCIOS PAGOS SUPERAM R\$ 17 BILHÕES

O relatório analisa também o total das indenizações pagas (sinistros) em 2025 para as famílias seguradas, que somaram no período R\$ 17,5 bilhões, apresentando aumento de 9,3% em

comparação ao ano anterior.

Ao destacar o resultado por produto, o relatório da Fenaprevi aponta que 53% dos pagamentos foram em seguros de Vida (modalidades individual e coletiva), 22% no seguro Prestamista e 10% no ramo de Acidentes Pessoais. As indenizações pagas no ramo Educacional foram as que mais cresceram em relação a 2024, com alta de 60,9%, seguido pela cobertura contra Doenças Graves (18,0%) e o Prestamista (13,5%).



Porque em 2026 a indústria brasileira ainda perde dinheiro?

Fernando Bosnic

Coordenador de projetos na ABC71

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), 68% das empresas no país consideram a eficiência operacional um dos principais desafios a serem superados. O dado evidencia uma preocupação latente; no entanto, o caminho mais estratégico para romper essa barreira é, sem dúvida, a gestão integrada.

Talvez você já esteja cansado de ouvir sobre a importância de unir processos e os ganhos gerados no dia a dia. Mas, este é um assunto que precisa ser reforçado, pois a ausência dessa integração significa, na prática, perda de dinheiro.

Atualmente, o setor industrial brasileiro pode ser observado sob dois principais cenários. De um lado, estão empresas em fase de desenvolvimento que utilizam planilhas como principal ferramenta de gestão. De outro, organizações mais maduras que, embora possuam sistemas estruturados, continuam recorrendo a controles manuais de forma paralela.

O que parece inofensivo em um primeiro momento pode gerar prejuízos significativos, afinal, dados inconsistentes levam a decisões equivocadas. Gerir um negócio sem uma fonte única e confiável de informações significa conviver com retrabalhos, falhas operacionais e erros que impactam diretamente a lucratividade.

Quando financeiro, produção e fiscal não atuam de forma integrada, os erros deixam de ser pontuais e passam a ser sistêmicos. A falta de visibilidade compromete a tomada de decisão e reduz a capacidade de resposta, elevando o custo operacional e direcionando



recursos para investimentos sem previsibilidade de retorno.

No campo tributário, a fragmentação de informações amplia a exposição a riscos fiscais. Indicadores conflitantes entre áreas geram inconsistências, autuações e multas que poderiam ser evitadas com processos alinhados.

Na operação, o impacto é igualmente crítico. Sem conexão entre demanda e planejamento, a produção pode acelerar sem lastro comercial, transformando o que deveria ser receita em capital imobilizado. O estoque parado deixa de ser apenas um indicador e passa a representar margem comprometida e pressão sobre o caixa.

Para todos esses cenários, o ERP se apresenta como a ferramenta ideal. O sistema integra e define processos, garante fluxo de informações em tempo real, reduz retrabalhos e proporciona transparência em todas as áreas.

No entanto, nenhum software entrega resultados sozinho. Seu sucesso depende da escolha de uma solução aderente aos processos industriais e

do suporte de especialistas, que, livres dos “vícios” do negócio, identificam oportunidades de melhoria e orientam a implementação para alinhar sistema e operação de forma eficiente.

Em 2026, mesmo em meio aos avanços da transformação digital, a indústria brasileira ainda enfrenta perdas significativas devido à falta de integração entre processos e áreas, e o diferencial competitivo estará nas empresas que conseguirem alinhar estratégia, operação e informação.

Um ERP bem implementado funciona como elo entre operação, estratégia e decisão. Processos integrados, governança eficaz e tomada de decisão baseada em informações confiáveis não apenas evitam desperdícios, mas convertem eficiência operacional em resultados concretos.

Em um mercado cada vez mais dinâmico, a capacidade de operar de forma organizada, com processos claros e dados consistentes é um passo essencial para proteger a margem e sustentar o crescimento da empresa de forma consistente.

Expansão do agronegócio amplia a demanda por seguro e exige gestão de riscos equilibrada



O agronegócio brasileiro segue atravessando um ciclo de expansão. Novas fronteiras produtivas se abrem, acompanhadas por uma busca crescente por financiamentos. Ao mesmo tempo, a exposição a adversidades climáticas, logísticas e financeiras aumenta. Esse cenário cria boas oportunidades de negócios, mas exige uma visão de longo prazo para superar barreiras estruturais.

Martín Pacheco, superintendente de Agronegócios da Sancor Seguros, aponta que o ritmo de crescimento do setor tem ligação direta com a oferta de crédito. Nesse contexto, a proteção securitária atua como uma peça central para viabilizar as operações.

“A expansão do agro brasileiro é uma oportunidade clara de crescimento. Riscos climáticos sempre existirão, porque a atividade depende do clima. O que viabiliza esse crescimento é o crédito, e o seguro sustenta esse movimento ao dar estabilidade tanto para quem financia quanto para quem produz”, afirma.

Bancos, cooperativas e fornecedores de insumos contam com as apólices para blindar suas carteiras contra perdas climáticas. Do outro lado da balança, o produtor garante sua capacidade de pagamento e a continuidade do seu negócio frente aos imprevistos.

“O produtor precisa de garantia para ter a tranquilidade de afrontar os compromissos financeiros assumidos com essas entidades antes perdas produtivas”, destaca.

O DESAFIO DA INTERAÇÃO DE VARIÁVEIS

A atenção da companhia vai além das ameaças climáticas isoladas ou das variações de preços. O foco recai sobre como essas frentes se cruzam e moldam a procura por apólices.

“Um dos fatores mais relevantes é a distribuição equilibrada dos riscos, seja por regiões ou por culturas. Quando fatores como juros elevados ou restrições no orçamento do Programa de Subvenção ao Seguro Rural

desestimulam a contratação, há concentração de risco. Isso afeta diretamente a estabilidade dos resultados das seguradoras”, explica.

Eventos severos, a exemplo da estiagem nas lavouras de soja da região Sul em 2022, deixam lições claras. Desequilíbrios na carteira forçam ajustes em toda a cadeia, refletindo em prêmios mais altos e menor disponibilidade de garantias no campo.

A SUSTENTABILIDADE RURAL EXIGE OLHAR O CRÉDITO E O SEGURO COMO FORÇAS UNIDAS

“O produtor que conta com apólice pode utilizar o crédito para investir em tecnologia, insumos e maquinário, e não para cobrir prejuízos de safra. Isso o transforma em um tomador de crédito mais estável, tanto financeiramente quanto do ponto de vista produtivo”, diz.

Essa mecânica fortalece os elos da cadeia, garantindo avanços constantes safra após safra.

PREVISIBILIDADE FINANCEIRA

Outro fator essencial para o planejamento rural é a regularidade no orçamento do Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR). Ter clareza sobre recursos fixos durante o ciclo agrícola entrega segurança para quem planta, para quem financia e para as próprias seguradoras.

Diante dessa complexidade, o seguro agrícola deixa a posição de um simples recurso reativo. Ele assume, em definitivo, um lugar estratégico para manter o agronegócio brasileiro forte e rentável.

Compras internacionais seguem em alta e exigem atenção redobrada para evitar impostos indevidos



Em 2026, o ambiente regulatório das compras internacionais se mostra ainda mais rigoroso para o consumidor brasileiro, refletindo um processo de expansão do comércio eletrônico global observado na última década. Relatórios do Programa Remessa Conforme, da Receita Federal, indicam que, ao longo de 2025, o Brasil passou a receber em média mais de 16 milhões de encomendas internacionais por mês, com cerca de 96% dessas remessas processadas com declaração antecipada de tributos. O volume expressivo evidencia a consolidação do novo modelo de fiscalização e amplia a exposição dos consumidores a regras tributárias que, quando mal compreendidas, resultam em cobranças indevidas ou acima do esperado no momento da entrega.

As compras internacionais feitas por pessoas físicas no Brasil seguem regras específicas para remessas postais e expressas. Parte das plataformas aderiu ao Programa Remessa Conforme, iniciativa da Receita Federal que permite a declaração e o recolhimento antecipado de tributos, enquanto outras operam fora desse regime. Em

2026, as normas seguem em vigor e estabelecem que o imposto de importação é calculado com base no valor aduaneiro da encomenda. Paralelamente, a implementação gradual da Reforma Tributária do Consumo, com a proposta de unificação de tributos como o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), indica que ajustes na tributação de bens importados podem ocorrer nos próximos anos, exigindo atenção às mudanças na legislação.

Segundo Adriano Murta, advogado tributário especialista em tributação e comércio exterior, a maior parte das reclamações relacionadas à cobrança de impostos em compras internacionais não está associada a falhas da Receita Federal, mas ao desconhecimento das regras que regem a formação da base de cálculo. “É comum que o consumidor considere apenas o valor do produto anunciado, quando a legislação aduaneira determina que a tributação incide sobre o valor aduaneiro da operação, que engloba produto, frete e seguro. Essa diferença de entendimento gera a percepção de cobrança excessi-

va. Quando o consumidor compreende como o imposto é efetivamente calculado, reduz significativamente o risco de surpresas no momento do desembarço da encomenda”, explica.

Atualmente, nas compras realizadas em plataformas participantes do Remessa Conforme, o imposto de importação é de 20% para encomendas de até US\$ 50. Para valores superiores, aplica-se a alíquota de 60%, com possibilidade de descontos conforme as regras do programa. Em todos os casos, a base de cálculo considera produto, frete e seguro, o que frequentemente eleva o valor final em relação à expectativa inicial do comprador.

Murta também chama atenção para a incidência do ICMS, que passou por mudanças recentes em diversos estados. “Em muitas unidades da federação, a alíquota do ICMS sobre compras internacionais foi elevada para 20%, substituindo a antiga faixa de 17%. Ignorar esse imposto leva o consumidor a acreditar que houve cobrança abusiva, quando, na verdade, a incidência está prevista na legislação estadual”, afirma.

Para minimizar riscos, o especialista recomenda a adoção de cuidados práticos antes da finalização da compra. “O consumidor deve verificar se os valores do produto, do frete e do seguro foram corretamente declarados pelo vendedor, pois qualquer inconsistência pode levar ao arbitramento de valores pela fiscalização aduaneira. É recomendável priorizar plataformas que operem de forma regular e aderentes aos regimes reconhecidos pela Receita Federal, além de manter organizada toda a documentação da operação. Essas medidas reduzem significativamente o risco de tributação acima do devido”, conclui Murta.

Com crescimento de 18% em 2025, setor de beleza deve atender para aplicação da Lei do Salão Parceiro

O ano de 2025 marcou a abertura de 235 mil negócios de beleza, que devem se adequar à Lei nº 13.352 para evitar autuações e fortalecer a segurança jurídica de serviços de beleza

O setor de beleza registrou, em 2025, o maior volume de formalizações dos últimos seis anos: foram 235.708 novos CNPJs, uma alta de 17,9% em relação a 2024, segundo dados da plataforma DataSebrae. Desse total, 221.455 registros (94%) foram de microempreendedores individuais (MEIs). Em meio a esse crescimento acelerado, aumenta a necessidade de conscientização dos empreendedores sobre a aplicação da Lei nº 13.352, conhecida como Lei do Salão Parceiro.

A legislação regulamenta a relação de parceria entre salões de beleza e profissionais como cabeleireiros, barbeiros, esteticistas, manicures e maquiadores, permitindo a atuação sem vínculo empregatício pela CLT, desde que haja contrato formal homologado pelo sindicato da categoria. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) validou a constitucionalidade da norma, reforçando a segurança jurídica. Mesmo assim, muitos empresários e MEIs ainda desconhecem os requisitos formais para a correta implementação, especialmente a exigência de homologação contratual.

Na avaliação da gestora da Carteira Setorial Beleza e Bem-Estar no Sebrae Nacional, Maria Consuelo Mello, a desinformação tem gerado riscos desnecessários aos negócios. “A Lei do Salão Parceiro é um instrumento de segurança jurídica e de estímulo ao empreendedorismo. Mas ela só produz efeitos quando é aplicada corretamente. O contrato de parceria precisa ser formalizado e homologa-



do. Sem isso, ele não tem validade legal”, afirma.

Ela alerta que a Receita Federal tem intensificado a fiscalização e identificado contratos sem homologação. “Temos acompanhado casos de multas significativas. Por isso, é fundamental que os empreendedores revisem contratos e busquem regularização dentro dos prazos estabelecidos”, ressalta.

O SEBRAE ELABOROU DOIS E-BOOKS SOBRE A CORRETA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO:

- **MEI profissional da beleza e parceiro do salão**
- **Donos de salão**

Ainda de acordo com a gestora, sindicatos de diversas regiões brasileiras estão aptos a realizar homologações, inclusive retroativas, conforme previsão em cartas sindicais. “Os contratos firmados em anos anteriores podem ser ajustados e homolo-

gados, desde que o empreendedor procure o sindicato da categoria. Na ausência de sindicatos no município, um órgão competente do Ministério do Trabalho ou do Tribunal Regional do Trabalho fará a homologação. É uma oportunidade de corrigir falhas e evitar passivos fiscais e trabalhistas”, orienta Maria Consuelo.

Quando aplicada corretamente, a lei traz vantagens para ambos os lados. Aos profissionais, a formalização como MEI garante acesso a benefícios previdenciários, emissão de nota fiscal e possibilidade de construir marca própria no mercado. O profissional parceiro pode ampliar a clientela, aumentar o faturamento conforme sua performance e, no futuro, evoluir para microempresa ou empresa de pequeno porte. Para o salão, há redução de encargos trabalhistas — como FGTS, INSS patronal, 13º salário e férias — além de economia tributária, já que a cota-parte do profissional não integra a receita bruta do estabelecimento.

Medicamentos nacionais lideram vendas nas farmácias

A indústria farmacêutica nacional liderou o avanço do varejo brasileiro em 2025 e encerrou o ano com maior presença que as multinacionais nas gôndolas das farmácias, tanto em número de embalagens quanto em reais faturados.

Levantamento da ALANAC, com base em dados da IQVIA, consultoria global que monitora e audita o varejo farmacêutico nos principais mercados do mundo, mostra que o faturamento total das farmácias chegou a cerca de R\$ 146,8 bilhões em 12 meses, ante aproximadamente R\$ 90,7 bilhões em 2021. O crescimento supera 60% em cinco anos e foi impulsionado sobretudo pelo desempenho dos laboratórios de capital brasileiro.

Em 2025, esses laboratórios responderam por cerca de 94% das unidades de genéricos e 83% das unidades de medicamentos de marca vendidas no país. Em valor, concentraram aproximadamente 90% da receita de genéricos e cerca de 69% do faturamento de produtos de marca.

“Os dados mostram que é a indústria de capital nacional que sustenta a base do mercado. Somos nós que garantimos escala, abastecimento e a maior parte das embalagens que chegam às farmácias brasileiras, especialmente nos medicamentos de uso contínuo”, afirma Henrique Tada, presidente-executivo da ALANAC.

No segmento de genéricos, 94% das unidades vendidas em 12 meses, cerca de 2,22 bilhões de embalagens, foram produzidas por laboratórios nacionais. As multinacionais ficaram com aproximadamente 143 milhões de unidades. Em receita, os laboratórios brasileiros somaram cerca de R\$ 20,85 bilhões, o equivalente a aproximadamente 90% do total, enquanto as empresas estrangeiras registraram cerca de R\$ 2,16 bilhões.



A série histórica confirma que o desempenho não é pontual. Entre 2021 e 2025, o faturamento dos laboratórios nacionais em genéricos passou de cerca de R\$ 11,86 bilhões para R\$ 20,85 bilhões. No mesmo período, o mercado total de genéricos avançou de aproximadamente R\$ 13,15 bilhões para R\$ 23,01 bilhões, com participação nacional próxima de 94% do volume e cerca de 90% do valor ao longo de toda a série.

Nos medicamentos de marca, os laboratórios brasileiros venderam aproximadamente 2,18 bilhões de unidades em 2025, o equivalente a cerca de 83% do volume do segmento. Em receita, faturaram cerca de R\$ 49,92 bilhões, aproximadamente 69% do total. As multinacionais registraram cerca de R\$ 22,69 bilhões.

Entre 2021 e 2025, a receita dos laboratórios nacionais em medicamentos de marca cresceu de aproximadamente R\$ 31,25 bilhões para R\$ 49,92 bilhões. No mesmo intervalo, o mercado total do segmento passou de cerca de R\$ 45,24 bilhões para R\$ 72,62 bilhões, com participação nacional entre 68% e 69% do valor e entre 82% e 83% do volume.

Nos medicamentos de referência, as multinacionais ainda lideram, mas a indústria nacional mantém presença relevante. Em 2025, empresas estrangeiras responderam por cerca de 66% do volume, aproximadamente 59,5 milhões de unidades, enquanto os laboratórios brasileiros ficaram com cerca de 34%, o equivalente a 30,1 milhões de unidades. Em valores, as multinacionais faturaram cerca de R\$ 38,03 bilhões e os nacionais aproximadamente R\$ 13,12 bilhões.

Entre 2021 e 2025, a receita dos laboratórios nacionais em medicamentos de referência passou de cerca de R\$ 10,14 bilhões para R\$ 13,12 bilhões, enquanto o mercado total avançou de aproximadamente R\$ 32,30 bilhões para R\$ 51,15 bilhões.

No caso dos biológicos, o volume no varejo caiu de 16,18 milhões de unidades em 2021 para 10,40 milhões em 2025, enquanto a receita praticamente dobrou, passando de cerca de R\$ 3,32 bilhões para R\$ 6,16 bilhões. O segmento segue concentrado nas grandes farmacêuticas globais.

Segundo a ALANAC, o desempenho consolidado de 2021 a 2025 mostra que a indústria nacional cresce acima da média e impulsiona tanto o volume quanto o valor do mercado farmacêutico brasileiro. A entidade avalia que o cenário cria um ponto de partida favorável para 2026, com expectativa de expansão sustentada pelo envelhecimento da população, maior prevalência de doenças crônicas e entrada de novas moléculas e apresentações.

“Com o vencimento de patentes, novas ondas de genéricos, produtos de marca desenvolvidos no país e biossimilares nacionais, a tendência é de fortalecimento da presença brasileira nos próximos anos, não apenas em volume, mas também em valor”, projeta Tada.

A nova era do trabalho: por que o Mercado Livre está roubando o protagonismo da CLT no Brasil

Impulsionados pela busca por flexibilidade e fugindo das limitações do mercado tradicional, profissionais encontram no Mercado Livre um caminho para transformar a renda extra em ocupação principal e carreira escalável

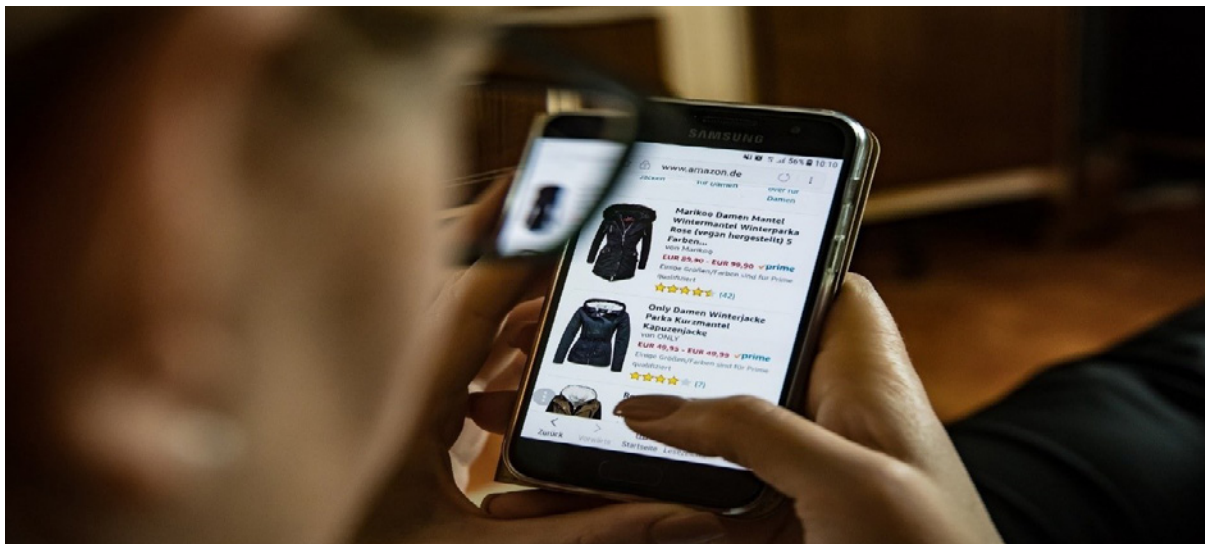


O trabalho com carteira assinada deixou de ser o destino final para uma parcela crescente dos brasileiros. Em meio à limitação de ganhos, à rigidez de horários e à sensação de pouco controle sobre a própria trajetória, as plataformas digitais passaram a ocupar um espaço que antes era exclusivo do emprego formal. Entre elas, o Mercado Livre desponta como uma das principais portas de entrada para quem busca construir renda própria e maior autonomia.

Dados divulgados pela própria companhia mostram que o número de vendedores ativos no Brasil cresce de forma consistente ano após ano, acompanhando a expansão do comércio eletrônico no país. Segundo estimativas do setor, uma base expressiva de brasileiros já utiliza marketplaces como fonte de renda, e para uma parcela relevante deles, essa atividade deixou de ser complementar e passou a ser a principal ocupação profissional.

DO EMPREGO FIXO À AUTONOMIA FINANCEIRA

O movimento é alimentado por uma combinação de fatores econômicos e comportamentais. A inflação pressionou o custo de vida, enquanto reajustes salariais seguem limitados em diversos setores. Ao mesmo tempo, o comércio digital amadureceu, reduziu barreiras de entrada e passou a oferecer infraestrutura logística, meios de pagamento e alcance nacional até para pequenos vendedores.



“O que observamos é que muitas pessoas chegam ao Mercado Livre depois de anos de frustração com o modelo tradicional de trabalho”, afirma Hugo Vasconcelos, bacharel em administração de empresas e especialista em vendas de produtos físicos por marketplaces e sócio-fundador da VDV Group, empresa que acompanha de perto a transição de profissionais para o empreendedorismo digital. “Não é apenas sobre ganhar um dinheiro extra. É sobre ter controle da própria agenda, escalar ganhos de acordo com o esforço e construir algo que seja seu.”

EMPREENDEDORISMO DIGITAL COMO CARREIRA

Ao contrário da imagem de informalidade que marcou o comércio online em seus primeiros anos, vender em marketplaces passou a exigir planejamento, gestão e visão de longo prazo. Para muitos brasileiros, o Mercado Livre funciona como um laboratório de empreendedorismo: começa-se pequeno, aprende-se sobre precificação, estoque, logística e atendimento, e, com o tempo, a operação ganha estrutura.

Segundo Hugo, a plataforma se tornou uma espécie de “CLT do digital” para quem busca previsibilidade de demanda aliada à flexibilidade. “A dife-

rença é que não existe teto salarial imposto. Quem entende o jogo, investe em método e profissionaliza a operação é quem consegue transformar as vendas em renda principal e recorrente”, diz.

POR QUE ESSE MOVIMENTO CRESCE NO BRASIL

O cenário do mercado de trabalho ajuda a explicar a tendência. Pesquisas recentes sobre satisfação profissional indicam aumento do desalinhamento entre expectativas dos trabalhadores e a realidade das empresas, especialmente entre jovens adultos. A busca por propósito, flexibilidade e independência financeira ganhou peso na tomada de decisão.

Além disso, o avanço da logística e dos meios de pagamento digitais reduziu riscos e custos iniciais. “Hoje, a pessoa não precisa de uma loja física, nem de um grande capital inicial para começar. Isso democratizou o acesso ao empreendedorismo”, avalia o especialista da VDV.

OS ERROS MAIS COMUNS E O QUE DIFERENCIA QUEM DÁ CERTO

Apesar do crescimento, a migração não é automática nem livre de riscos. Um dos erros mais frequentes, segundo a VDV, é tratar a venda online

como improvisado. “Muita gente entra achando que é simples e quebra logo no início por falta de planejamento financeiro, escolha errada de produtos ou desconhecimento das regras da plataforma”, afirma Vasconcelos.

Outro ponto crítico é confundir liberdade com ausência de disciplina. “Quem transforma isso em carreira entende que autonomia vem acompanhada de método, rotina e gestão. Não é menos trabalho, é outro tipo de trabalho”, resume.

MAIS QUE RENDA EXTRA, UMA MUDANÇA DE TRAJETÓRIA

O crescimento do número de brasileiros que deixam a CLT para empreender em marketplaces sinaliza uma transformação mais profunda no modo como o país encara o trabalho. Para uma geração pressionada por custos elevados e poucas perspectivas de progressão no modelo tradicional, o comércio digital surge como alternativa concreta de mobilidade econômica.

“Estamos falando de pessoas que reescrevem a própria trajetória profissional”, conclui Vasconcelos. “Quando bem estruturada, a venda no Mercado Livre deixa de ser um plano B e passa a ser um projeto de vida.”

Centro Financeiro de Dubai anuncia resultados recordes em 2025 e acelera estratégia do emirado para virar hub financeiro global

O Dubai International Financial Centre (DIFC) acaba de anunciar resultados anuais históricos que reforçam o posicionamento de Dubai como um dos principais centros financeiros globais e o hub líder da região do Oriente Médio, África e Sul da Ásia (MEASA), em linha com a Agenda Econômica de Dubai (D33).

Em 2025, o DIFC registrou crescimento orgânico de 28%, alcançando 8.844 empresas ativas, com a entrada de 2.525 novas companhias, alta de 39% em relação ao ano anterior. A receita combinada somou AED 2,13 bilhões (cerca de US\$ 575 milhões), avanço de 20%, enquanto o lucro líquido cresceu 28%, para AED 1,48 bilhão (aproximadamente US\$ 400 milhões). A força de trabalho chegou a 50.200 profissionais, aumento de 9% em 12 meses.

O DIFC mantém a liderança regional ao abrigar 1.052 empresas reguladas, incluindo mais de 290 bancos e instituições de mercado de capitais, 135 seguradoras e resseguradoras, 70 corretoras e mais de 500 gestoras de patrimônio e ativos, entre elas 102 hedge funds. O centro também reúne 1.677 empresas focadas em inteligência artificial, fintech e inovação, crescimento de 35% em um ano.

No segmento de private wealth, o DIFC segue posicionando Dubai como o principal hub regional para gestão de grandes fortunas. O centro financeiro abriga hoje mais de 500 empresas de gestão de patrimônio e ativos, alta de 22% em 2025, e 1.289 entidades ligadas a empresas familiares, crescimento anual de 61%, refletindo



o aumento do interesse de indivíduos e famílias de altíssimo patrimônio líquido por estruturas globais de investimento, governança e planejamento sucessório.

A base de clientes continuou se expandindo em 2025, com a entrada de instituições globais como Allianz Trade, Cambridge Associates, CapitalLand, China International Capital Corporation, dLocal, Manulife, PIMCO, Starwood Capital e Warburg Pincus, entre outras. “O arcabouço jurídico e regulatório do DIFC tem sido decisivo para sustentar esse crescimento e fortalecer a posição de Dubai como centro financeiro global, em linha com a Agenda Econômica D33”, afirmou Essa Kazim, governador do DIFC.

Além dos resultados financeiros, o DIFC avançou em sua agenda de inovação e infraestrutura. Em 2025, acelerou obras em cerca de 158 mil metros quadrados de área comercial, com novas entregas previstas para o início de 2026. A expansão do Zabeel District adicionará aproximadamente 1,64 milhão de metros quadrados destinados a escritórios, residências, hotelaria, varejo e espaços culturais, consolidando Dubai como plataforma global para o futuro das finanças.

“Esses resultados reforçam o compromisso de Dubai em criar um ambiente competitivo e inovador para os serviços financeiros, capaz de atrair investimentos globais e impulsionar o crescimento econômico sustentável”, afirmou Sheikh Mohammed bin Rashid Al Maktoum, vice-presidente e primeiro-ministro dos Emirados Árabes Unidos e governante de Dubai.

O Dubai International Financial Centre (DIFC) é um dos centros financeiros mais avançados do mundo e o principal hub financeiro para o Oriente Médio, África e Sul da Ásia (MEASA). O DIFC abriga 8.844 empresas ativas, incluindo 1.052 empresas reguladas, e conecta mais de 50.200 profissionais, oferecendo o maior e mais diversificado pool de talentos financeiros da região. Amparado por um sistema jurídico independente, baseado na common law inglesa, e por um ambiente regulatório de padrão internacional, o DIFC atua como porta de entrada para os mercados da MEASA e como plataforma global para o futuro das finanças, fintech e inteligência artificial.

Agenda da jornada de trabalho deve caminhar junto com produtividade e competitividade

Fernando Valente Pimentel

Diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (Abit).

O debate sobre a redução da jornada, que voltou à agenda nacional, merece ser tratado com a seriedade e a profundidade que um tema dessa magnitude exige. Trata-se de uma discussão importante que envolve qualidade de vida, saúde e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal. No entanto, seus impactos ultrapassam a esfera social, pois alcançam diretamente a produtividade, a competitividade das empresas, a geração de empregos formais e o futuro do desenvolvimento econômico do País.

É importante lembrar que o Brasil não parte de um cenário de cargas horárias excessivamente elevadas. Dados recentes indicam que a jornada média efetivamente trabalhada situa-se pouco acima de 39 horas semanais, enquanto na indústria a média gira em torno de 40,2 horas. Ou seja, já existe, na prática, um nível significativo de acomodação decorrente de negociações coletivas, arranjos setoriais e organização produtiva das empresas.

Essa realidade reforça um ponto central: a diversidade econômica e produtiva brasileira torna inadequadas soluções uniformes e rígidas. Setores com operação contínua, forte sazonalidade ou elevada competição internacional, como a indústria têxtil e de confecção, apresentam dinâmicas distintas de atividades predominantemente administrativas ou de serviços. O mesmo se aplica às diferenças regionais, que refletem realidades econômicas, estruturais e sociais variadas.

Por essa razão, o melhor caminho para eventuais ajustes na jornada de trabalho não é a imposição legal uniforme, mas sim a negociação coletiva e os acordos entre trabalhadores e empregadores. Esse instrumento permite acomodar



dar especificidades setoriais e regionais, preservar empregos e garantir soluções equilibradas entre produtividade, competitividade e bem-estar dos trabalhadores. A experiência brasileira demonstra que, quando há espaço para negociação, surgem soluções criativas e sustentáveis.

Outro aspecto essencial é reconhecer que reduções sustentáveis da jornada de trabalho, observadas em economias avançadas, ocorreram em contextos de aumento de produtividade, modernização tecnológica e reorganização dos processos produtivos. Quando a redução ocorre sem ganhos correspondentes de eficiência, o resultado tende a ser o aumento do custo por unidade produzida, perda de competitividade, informalidade e retração do emprego formal.

Nesse contexto, causa preocupação que propostas de redução da carga semanal de trabalho e extinção do regime 6x1 avancem sem que se inclua, na mesma medida, a discussão sobre a mitigação do “Custo Brasil” e dos encargos que incidem sobre o emprego formal. Os ônus do trabalho no País permanecem elevado quando considerados tributos, encargos sociais, energia e custos logísticos e do capital. Alterações que elevem o valor unitário da produção sem

enfrentar esses fatores estruturais tendem a penalizar a indústria, estimular a informalidade e ampliar a substituição por importados.

Além disso, uma discussão com impactos estruturais sobre o custo do trabalho, a organização produtiva e a competitividade nacional não deve ser conduzida de maneira açodada, especialmente em períodos eleitorais. Temas dessa relevância exigem análise técnica aprofundada, diálogo amplo com os setores produtivos e avaliação criteriosa de seus efeitos sobre crescimento econômico, inflação, investimento e geração de empregos de qualidade.

O Brasil precisa avançar no seu desenvolvimento e, com isso, proporcionar maior bem-estar à sociedade. Mas, esse avanço, para ser sustentável, deve caminhar junto com produtividade, inovação e competitividade. A negociação coletiva, o respeito às diferenças setoriais e regionais e a construção gradual de soluções efetivas representam o caminho mais seguro para equilibrar esses objetivos.

Tratar esse tema com responsabilidade é garantir que o País avance socialmente sem comprometer sua capacidade de produzir, competir e gerar oportunidades para milhões de brasileiros.

Kevin Warsh: nomeação para o Fed redesenha expectativas de juros global

Indicação de ex-dirigente do Fed sinaliza inflexão na política monetária dos EUA e redesenha o ambiente de decisões para empresas e investidores globais

A nomeação de Kevin Warsh para a presidência do Federal Reserve, anunciada em 30 de janeiro de 2026 pelo presidente Donald Trump, altera o eixo de expectativas sobre juros, liquidez e previsibilidade regulatória nos Estados Unidos. Ex-governador do banco central, Warsh esteve no centro das decisões durante a crise financeira de 2008 e assume em um contexto de inflação persistente, crédito restritivo e debate renovado sobre a independência monetária.

Aos 55 anos, o economista reúne passagem pelo próprio Fed, atuação no setor financeiro e produção acadêmica. Nomeado em 2006 para o Conselho de Governadores, tornou-se o membro mais jovem da história da instituição e interlocutor relevante com Wall Street durante a crise. Desde que deixou o cargo, passou a criticar o uso prolongado de políticas não convencionais e defende juros reais como âncora da política monetária.

Para Beny Fard, engenheiro, especialista em finanças e CEO da fintech DeFin, a mudança de comando vai além de um ajuste técnico. “A sinalização de Warsh é menos sobre cortes ou altas pontuais de juros e mais sobre credibilidade. Quando o mercado entende qual é a âncora da política monetária, empresas conseguem planejar investimento, financiamento e expansão com menos ruído”, afirma.

Essa leitura ajuda a explicar a reação inicial dos mercados à indicação, marcada por fortalecimento do dólar e ajustes em ativos considerados proteção, como ouro e criptomoedas. A expectativa de uma redução gradual do balanço do Fed e de maior cautela no uso de estímulos amplia o foco sobre fundamentos econômicos, o que tende a afetar decisões corporativas em escala global.

Segundo o executivo, os reflexos não se limitam ao sistema financeiro. “Uma



política monetária mais previsível reduz o prêmio de incerteza embutido no crédito. Para empresas, isso pode significar acesso a financiamento mais racional e decisões de longo prazo menos defensivas”, diz.

Ao mesmo tempo, o processo de confirmação de Warsh no Senado dos Estados Unidos adiciona uma camada de incerteza política, especialmente diante do debate sobre a autonomia do banco central. Ainda assim, a simples mudança de discurso já reorienta expectativas e força empresas a revisar estratégias de capital e exposição cambial.

“A grande virada não está em um número específico de juros, mas na tentativa de encerrar o excepcionalismo monetário do pós-crise”, avalia Fard. “Isso redefine o ambiente de negócios para quem opera ou capta recursos em dólar.”

O especialista elenca cinco frentes para empresas diante do novo cenário do Fed: a possível inflexão na política monetária americana exige atenção prática das companhias. Antes de listar recomendações, especialistas apontam que o ponto central é transformar previsibilidade em vantagem competitiva.

REVISAR ESTRUTURAS DE FINANCIAMENTO

Com juros mais ancorados em regras, empresas ganham espaço para reavaliar prazos, indexadores e exposição a taxas flutuantes. “É o momento de alinhar dívida ao ciclo do negócio, e não

apenas reagir ao mercado”, afirma Fard.

REFORÇAR A GESTÃO DE RISCO CAMBIAL

Um dólar estruturalmente mais forte tende a impactar importadores e empresas com passivos em moeda estrangeira. A adoção de políticas claras de hedge passa a ser menos opcional e mais estratégica.

AJUSTAR DECISÕES DE INVESTIMENTO AO LONGO PRAZO

A redução de estímulos extraordinários desloca o foco para projetos com fundamentos sólidos. “Com menos liquidez artificial, investimentos mal estruturados ficam mais expostos”, diz o executivo.

ESCOLHER PARCEIROS ESPECIALIZADOS

Em um ambiente mais técnico, cresce a importância de assessorias com capacidade de análise regulatória e financeira integrada. Avaliar histórico, metodologia e independência de quem estrutura operações se torna decisivo.

EVITAR DECISÕES GUIADAS POR RÚIDO POLÍTICO

Apesar do debate em torno da independência do Fed, a orientação é não reagir a cada sinal de curto prazo. “Planejamento financeiro não pode ser refém de manchetes. A consistência da estratégia vale mais”, conclui Fard.

A indicação de Kevin Warsh, portanto, representa mais do que uma troca de comando no banco central mais influente do mundo. Ela inaugura um período de reavaliação das premissas que sustentaram decisões de crédito, investimento e expansão nos últimos anos, com impactos diretos sobre empresas que dependem do dólar como referência financeira.

Transporte de cargas entra em nova era tributária e acende alerta sobre preço do frete

Reforma tributária altera custos operacionais, reduz incentivos fiscais e exige planejamento estratégico das transportadoras

O ano de 2026 marca o início de uma das maiores transformações do sistema tributário brasileiro, com efeitos profundos sobre o transporte rodoviário de cargas. A reforma tributária altera a lógica de formação de custos das empresas, impacta diretamente o preço do frete e exige um novo nível de planejamento financeiro e tributário por parte dos transportadores.

Entre as principais mudanças estão a redução gradual dos incentivos fiscais federais, a tributação de lucros, dividendos e alta renda e a criação de um novo modelo de impostos sobre o consumo, com a implementação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), de âmbito federal, e do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de competência estadual e municipal. A partir de 2026, os novos tributos passam a conviver com o sistema atual, em um período de transição que se estende até 2032, com aplicação plena do novo modelo prevista para 2033. “A coexistência de tributos antigos com o IBS e a CBS aumenta a complexidade operacional, gera duplicidade de obrigações e eleva o risco de erros, autuações e litígios, especialmente em períodos híbridos de transição”, destaca o assessor jurídico do Setcemg, Reinaldo Lage.

Segundo o Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg), o momento exige atenção redobrada das empresas do setor. “Mesmo antes da reforma estar totalmente implementada, as transportadoras precisam



revisar estrutura societária, contratos, precificação e investimentos. O ano de 2026 já será de convivência entre dois sistemas tributários, o que impacta diretamente custos, margens e fluxo de caixa. Não se trata apenas de cumprir novas regras, mas uma necessidade para preservar competitividade, segurança jurídica e sustentabilidade dos negócios”, avalia Reinaldo.

O novo sistema também amplia o uso da tecnologia na fiscalização, com cruzamento automático de dados fiscais e maior transparência das informações. Nesse cenário, práticas como a sonegação deixam de ser viáveis, e os benefícios fiscais utilizados pelo transportador passam a ser visíveis aos embarcadores, influenciando diretamente as negociações de frete.

“O custo de adaptação, o aumento das obrigações acessórias e possíveis

limitações ao aproveitamento de créditos podem pressionar o custo do frete, com reflexos ao longo das cadeias produtivas e potencial repasse ao consumidor final”, comenta o assessor jurídico.

Para o Setcemg, a principal mensagem ao setor é clara: quem não se preparar corre o risco de perder margem, previsibilidade e competitividade. A entidade reforça a importância de mapear os incentivos atuais, simular cenários futuros e estruturar um planejamento que considere a retirada gradual desses benefícios ao longo dos próximos anos. “As empresas que se prepararem desde já terão maior previsibilidade de custos, menor risco jurídico e mais capacidade de negociação, enquanto quem esperar pode enfrentar ajustes emergenciais, perda de margem e insegurança contratual”, conclui.

Além do Pix: os movimentos que estão redesenhando os pagamentos em 2026

A expansão de infraestruturas de pagamentos instantâneos, a adoção de APIs abertas e serviços financeiros integrados impulsionam mudanças no setor



Até há pouco, o debate sobre inovação em pagamentos esteve concentrado em conceitos como Pix, pagamentos instantâneos e embedded finance. Mas essas ferramentas já se consolidaram como a infraestrutura primordial sobre a qual se constroem camadas mais complexas.

Em 2026, o setor de pagamentos vive um momento de transformação acelerada, no qual as tendências não se limitam a esses instrumentos específicos, mas envolvem a capacidade de integrar, automatizar e orquestrar os fluxos financeiros em tempo real.

De acordo com o World Payments Report 2026, o volume de transações digitais aumentou mais de 10 vezes em menos de 20 anos, um crescimento que pressiona empresas a repen-

sarem como processam, monitoram, conciliam e controlam operações cada vez mais complexas.

O mesmo relatório identifica que, globalmente, os provedores mais ágeis — incluindo PayTechs e plataformas integradas — estão utilizando serviços de pagamento omnichannel com maior escalabilidade, integração e valor agregado. Assim, contrastam com instituições tradicionais que ainda lutam para adaptar suas “pilhas tecnológicas” e ganhar agilidade sem perder controle operacional.

Para Ticiania Amorim, CEO e fundadora da Aarin, as empresas não competem mais apenas por preço ou velocidade. “Elas competem pela capacidade de entregar experiências financeiras integradas, eficientes e per-

sonalizadas, capazes de responder a demandas complexas de consumidores e operações corporativas. Isso envolve investimento em soluções de automação, integração via APIs, orquestração de pagamentos multilinha e modelos de liquidação mais inteligentes, que são exatamente o que o mercado exige para 2026 e além”, afirma.

Para organizações que já estão se adaptando a essa nova realidade, o avanço tecnológico se traduz em decisões práticas, como:

- **Orquestração avançada de pagamentos e liquidações**, que escolhe rotas inteligentes com base em custo, velocidade e regras de negócio;
- **Integração de APIs** financeiras com sistemas internos, como ERP e serviços de conciliação, reduzindo processos manuais e falhas;
- **Automação** de conciliação e visibilidade de caixa em tempo real, permitindo maior controle de tesouraria e planejamento financeiro;
- **Soluções de pagamentos omnichannel**, que conectam web, mobile e serviços B2B em um fluxo contínuo e automatizado.

À medida que 2026 se desenrola, esses movimentos vão moldando como empresas planejam crescimento, acessam capital e estruturam operações de liquidação global, reforçando que a evolução do setor exige soluções que vão além da simples transferência de valores”, finaliza a CEO.

Bradesco anuncia consolidação dos negócios de saúde para criar o mais completo ecossistema do Brasil

Conglomerado será formado por empresas líderes e de referência no segmento de saúde



O Banco Bradesco e o Grupo Bradesco Seguros anunciam a criação da Bradsaúde, o mais completo ecossistema de saúde do Brasil.

Conforme detalhado em Fato Relevante divulgado hoje, 27, ao mercado, a Bradsaúde se origina na consolidação de empresas líderes e de referência nas respectivas áreas de atuação, como Bradesco Saúde, Odontoprev, Atlântica Hospitais e Participações, entre outras.

O conglomerado, que estará listado no segmento do Novo Mercado da B3, nasce com uma receita de R\$ 52 bilhões, um lucro de R\$ 3,6 bilhões, 24% de ROE, mais de 13 milhões de beneficiários, cerca de 3.600 leitos de hospitais e 35 clínicas, considerando os resultados consolidados de 2025.

Reunindo operadora de saúde e odontológica, hospitais, clínicas de

atenção primária e oncológicas, serviços de saúde, healthtech e investimento em laboratórios e centros de diagnóstico, a Bradsaúde será composta por:

BRADESCO SAÚDE

Atuando há mais de 40 anos no mercado brasileiro, a companhia é líder do segmento com R\$ 41 bilhões de faturamento, R\$3,4 bilhões de lucro líquido (em 2025) e 3,9 milhões de beneficiários.

ODONTOPREV

Fundada em 1987, a Companhia é líder em seguros odontológicos, com mais de 9 milhões de beneficiários. Com uma rede referenciada de mais de 27 mil credenciados, apresentou em 2025 uma receita de R\$ 2,4 bilhões, com lucro líquido de R\$ 550 milhões.

MEDISERVICE

Atuando como operadora de saúde desde 1987, a Mediservice se destaca pelo serviço de compartilhamento de rede, sendo líder deste mercado.

ATLÂNTICA HOSPITAIS E PARTICIPAÇÕES

Empresa do Grupo Bradesco Seguros focada em investir no desenvolvimento da estrutura médico-hospitalar do país, a Atlântica foi criada em 2021 para fomentar a capilaridade de ativos médicos privados e independentes. Com parceiros renomados ao redor do Brasil, a Companhia já conta com mais 3,6 mil leitos contratados, em operação e desenvolvimento.

ORIZON

Empresa de tecnologia do Grupo

focada em operações de saúde, atua na conexão entre operadoras, hospitais e clínicas com inteligência de dados e automação, buscando eficiência de negócio, incluindo soluções de inteligência artificial.

MEU DOUTOR NOVAMED

Com mais de 10 anos de atuação, a rede de clínicas Meu Doutor Novamed atua com foco na atenção primária à saúde. Atualmente, a rede possui 35 clínicas e superou a marca de 3 milhões de atendimentos no período.

INVESTIMENTOS EM ONCOLOGIA

Com a Croma Oncologia, resultado da joint venture entre a Atlântica Hospitais e Participações, Fleury e Beneficência Portuguesa, a empresa apresenta um modelo de negócios focado na jornada completa do paciente oncológico.

INVESTIMENTOS EM LABORATÓRIOS E CENTROS DE DIAGNÓSTICO

Por meio da participação acionária de 25% que o Grupo Bradesco Seguros possui atualmente no Grupo Fleury, uma das maiores e mais respeitadas empresas de laboratórios e diagnósticos do País.

VISÃO PROSPECTIVA

O conglomerado criado se posiciona na complementariedade de negócios, de modo a capturar oportunidades de crescimento, almejando a diversificação de investimentos no setor de saúde e ambicionando:

Reforçar a liderança em receitas nos planos de saúde e dental;

Acelerar a expansão da Atlântica Hospitais como uma das maiores redes de hospitais do País;

Desenvolver e escalar a rede pri-

mária e o atendimento oncológico de excelência;

Fomentar o desenvolvimento e criação de novos negócios na cadeia de valor, impulsionando frentes de crescimento;

Ampliar o potencial de ofertas de produtos e serviços, por meio de corretores, nos canais de mercado e do Bradesco, em segmentos estratégicos, tais como Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

Para as lideranças da Organização Bradesco, o ecossistema traz um amplo potencial de expansão com rentabilidade sustentável, principalmente diante do cenário de saúde suplementar no País:

Luiz Carlos Trabuco Cappi, presidente do Conselho de Administração do Bradesco e Odontoprev, ressalta que: “A constituição da Bradsaúde é um marco na história da Organização Bradesco, criando o mais completo ecossistema de saúde do Brasil. Este conglomerado reforça nossa missão no setor e se apresenta como a espinha dorsal de uma estratégia pautada no desenvolvimento de oportunidades neste sólido e robusto segmento, que é considerado um dos principais pilares da economia brasileira. Estamos convictos de que a Bradsaúde trará benefícios tanto para a Organização, quanto para investidores, parceiros de negócio e sociedade em geral, impulsionando frentes de crescimento em um setor dinâmico e competitivo”.

Já Marcelo Noronha, presidente do Banco Bradesco, destaca que “o Bradesco tem no Grupo Segurador uma das suas fortalezas, seja na contribuição para resultados cada vez mais robustos, seja na percepção de criação de valor da nossa marca. O Grupo representa parte fundamental do nosso modelo de negócios, que está ancorado em dois pilares: setores financeiro e de seguridade. O pas-

so anunciado hoje terá peso relevante no fortalecimento das possibilidades de explorar novos caminhos de crescimento e transformação da Organização. Estamos com expectativas otimistas em relação ao legado que vem sendo construído com essa decisão. É um avanço importante que, sem dúvida, deverá trazer resultados positivos em várias dimensões”.

Ivan Gontijo, presidente do Grupo Segurador, afirma que: “A criação desta Companhia é fruto da estratégia que vem sendo adotada pelo Grupo ao longo dos últimos anos, com a visão de que há um espaço relevante a ser ocupado na oferta de serviços de qualidade no setor de Saúde Suplementar no País, diante da demanda existente. Desta forma, temos a convicção de que a criação desse ecossistema fundamenta os alicerces necessários para ampliar a atuação do Grupo no segmento de saúde permitindo o aproveitamento das oportunidades de negócio, reforçando ainda mais nosso compromisso e crença no setor”.

Elsen Carvalho, CEO da Odontoprev, reforça que “este é um movimento que impulsiona a estratégia contínua de crescimento e transformação da Odontoprev. Fazer parte do mais completo ecossistema de saúde do País permitirá a ampliação de canais e outras oportunidades para atingir principalmente segmentos massificados ainda pouco penetrados com o seguro dental, como é o caso das Pequenas e Médias Empresas. Neste sentido, vemos a criação da Bradsaúde como um passo marcante em nossa trajetória, combinando escala e potencial de mercado, elevando ainda mais as sinergias de negócios”.

A consumação da transação está sujeita ao cumprimento de certas condições suspensivas usuais em operações desta natureza, incluindo as devidas aprovações regulatórias pelas autoridades governamentais.

Minas Gerais soma 394 empresas em recuperação judicial e acende alerta sobre reestruturação empresarial

Alta de 25% em um ano coloca o estado acima da média nacional e expõe impacto de juros elevados, crédito restrito e pressão setorial

Minas Gerais encerrou 2025 com 394 empresas em recuperação judicial, número que representa um crescimento de 25% em relação ao fim de 2024, quando eram 313 companhias nessa condição. O avanço coloca o estado acima da média nacional e reforça um cenário de maior pressão financeira sobre empresas de diferentes setores, segundo dados do Relatório do Monitor RGF de Recuperação Judicial, divulgados pelo Diário do Comércio.

O levantamento mostra que o aumento dos pedidos em Minas acompanha uma tendência nacional, mas em ritmo mais acelerado. Enquanto o Brasil registrou crescimento aproximado de 19,5% no total de empresas em recuperação judicial no mesmo período, o estado mineiro superou essa marca, refletindo um ambiente econômico mais sensível às oscilações de juros, crédito e custos operacionais. O agronegócio aparece como o setor com maior proporção de empresas em recuperação judicial no estado, alcançando índice de 9,54% entre as companhias ativas, seguido pela indústria, com 5,82%. Comércio, construção civil, energia e serviços também figuram no levantamento, sendo que o setor de serviços, apesar de menor percentual, apresentou o maior crescimento absoluto no número de empresas que recorreram ao instrumento.

O cenário é impulsionado por fatores combinados, como o patamar elevado da taxa de juros, que encarece o capital de giro e o custo da dívida, a maior restrição ao crédito por parte



das instituições financeiras e a volatilidade cambial, que afeta empresas com exposição a insumos importados ou obrigações em moeda estrangeira. Nesse contexto, a recuperação judicial tem deixado de ser vista apenas como medida extrema e passou a ser utilizada como ferramenta estratégica de reorganização financeira, renegociação de passivos e preservação da atividade empresarial.

Para o advogado especialista em reestruturação de empresas, Eliseu Silveira, os números reforçam a importância de uma atuação técnica e preventiva. “O crescimento das recuperações judiciais em Minas Gerais revela um ambiente econômico desafiador, marcado por juros elevados, crédito mais restrito e pressões setoriais que reduzem margens e comprometem o fluxo de caixa. A recuperação judicial não deve ser encarada apenas como instrumento

de sobrevivência, mas como uma ferramenta de reorganização planejada, capaz de viabilizar a renegociação de passivos, preservar empresas e manter empregos. A condução adequada do processo, com planejamento jurídico e econômico, é determinante para ampliar as chances de sucesso e garantir a continuidade das atividades”, afirma.

Outro movimento relevante observado é o crescimento de holdings patrimoniais entre as empresas em recuperação judicial. Estruturas que concentram ativos e garantias tendem a sofrer maior impacto em períodos de menor liquidez, o que aumenta a necessidade de soluções jurídicas capazes de proteger o patrimônio e reequilibrar a relação com credores. A recuperação judicial, nesses casos, passa a desempenhar papel central na reorganização societária e na continuidade dos negócios.

Sistema Fecomércio MG, Sesc e Senac investe R\$ 7 milhões e reposiciona BH no circuito das grandes capitais culturais

No dia 10 de fevereiro de 2026, o Sistema Fecomércio MG e a Prefeitura de Belo Horizonte anunciaram um dos maiores pacotes de investimentos culturais já realizados de forma integrada na capital mineira. Em coletiva de imprensa, o presidente do Sistema Fecomércio MG, Nadim Donato, detalhou um conjunto de ações que consolida a presença do Sistema Fecomércio, Sesc e Senac no calendário cultural da cidade com ênfase na renovação do convênio do CAT Sesc Mercado das Flores e na participação conjunta nos principais eventos de 2026. O anúncio inclui um investimento total de R\$ 7 milhões em cultura, sendo R\$ 2 milhões já destinados ao Carnaval de 2026, por meio de estrutura, contratação de artistas e montagem de palcos, e outros R\$ 5 milhões que serão distribuídos ao longo do ano em eventos a comemoração dos 10 anos do título da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade, o FIT, o Arraial de Belô, a Virada Cultural e o aniversário de Belo Horizonte com um grande show internacional, além do planejamento antecipado do Carnaval de 2027.

Nadim Donato destacou o papel estratégico do Sistema Fecomércio MG no desenvolvimento econômico e turístico da capital. “Entendemos que a cultura é vetor de desenvolvimento. Esse investimento movimenta a economia, gera renda, fortalece o comércio, ocupa hotéis, bares, restaurantes e faz o dinheiro circular na cidade. É o setor produtivo assumindo responsabilidade com o crescimento de Belo Horizonte”, afirmou. Segundo ele, a parceria vai além do apoio pontual a eventos e se estrutura como um projeto contínuo de cidade, com planejamento anual e foco em posi-



cionar Belo Horizonte no circuito das grandes capitais culturais do país. Donato também ressaltou que o Sistema prioriza artistas mineiros, a produção local e ações estruturantes, como as iniciativas do Sesc Arte Urbana e os projetos culturais permanentes desenvolvidos em Minas Gerais.

Um dos destaques do anúncio foi a renovação do convênio do Sesc CAT Mercado das Flores, considerado um modelo de integração entre turismo, cultura e economia criativa. A parceria, segundo os gestores, caminha para uma ampliação de prazo e de escopo, fortalecendo a infraestrutura turística de Belo Horizonte.

O prefeito Álvaro Damião valorizou a parceria institucional e fez questão de diferenciar o papel do Sistema Fecomércio MG como agente permanente de desenvolvimento. “A Fecomércio não é só patrocinadora.

Ela é parceira da prefeitura de Belo Horizonte. Parceiro é quem senta, planeja e constrói junto projetos para o ano inteiro”, afirmou. Em outra fala, o prefeito destacou que os investimentos em cultura geram retorno econômico e social direto para a cidade, fortalecendo o turismo, a economia local e a qualidade de vida da população.

Com o novo pacote de ações, o Sistema Fecomércio MG amplia seu protagonismo na agenda cultural da capital e consolida sua atuação como agente estratégico no desenvolvimento urbano, econômico e turístico de Belo Horizonte. A proposta apresentada vai além de eventos isolados: estabelece uma política de investimento contínuo em cultura, infraestrutura e economia criativa, com impacto direto no comércio, nos serviços, na geração de renda e na projeção nacional da cidade.



A sua empresa precisa ter um Conselho?

Paulo de Vasconcellos Filho
Conselheiro e Consultor em Estratégia

Sobre esse tema, certa vez um famoso empresário comentou:

“Se a minha empresa tiver um Conselho, até para espirrar terei que pedir autorização.”

Ele teria alguma razão — caso se tratasse de um Conselho de Administração, especialmente nas empresas S.A. e listadas em Bolsa, nas quais a legislação exige esse órgão para proteger os interesses dos acionistas.

Mas, em mais de 95% das empresas brasileiras, e talvez a sua esteja nesse grupo, o modelo mais adequado não é o Conselho de Administração, e sim o Conselho Consultivo — um fórum estratégico que orienta, mas não decide.

Independentemente do sucesso atual, no ambiente frenético, as empresas enfrentam diariamente transformações tecnológicas, geopolíticas, regulatórias e de comportamento do consumidor.

Essas mudanças ampliam a complexidade e a insegurança nas decisões — inclusive para o presidente e sua equipe de gestão.

A experiência acumulada, por mais sólida que seja, já não basta diante de tantas incertezas e imprevistos.

Ter opiniões de profissionais experientes, com vivência nas áreas vitais do negócio, aumenta a confiança e a qualidade das decisões — aquelas que impactam diretamente o presente e o futuro do legado que você e sua equipe estão construindo.

Quando falamos em vivência, não nos limitamos aos títulos acadêmicos, que são essenciais como base conceitual. Falamos



também da experiência prática, de quem já atuou como empresário, gestor, investidor, consultor ou conselheiro.

A diretoria passa a contar com opiniões embasadas de quem já enfrentou situações semelhantes — oportunidades e crises — e pode compartilhar aprendizados reais.

Os cases de sucesso inspiram; os cases de fracasso alertam. Ambos são fontes valiosas para evitar armadilhas e decisões precipitadas.

Outro ponto fundamental: os conselheiros, vindos de outros setores e empresas, não estão emocionalmente envolvidos com o dia a dia da organização.

Eles contribuem com visões externas e imparciais, ampliando o horizonte estratégico.

Quem precisa conhecer profundamente a operação são os diretores e suas equipes; o Conselho entra para ampliar o olhar, não para interferir na gestão.

Uma reunião trimestral já é suficiente para ativar a inteligência coletiva do grupo e refletir sobre os desafios e oportunidades que a empresa enfrenta — ou que já se anunciam no horizonte.

Nos intervalos, a tecnologia permite consultas on-line individuais ou coletivas, sempre que surgir uma decisão que exija urgência e perspectivas complementares.

Além dos benefícios estratégicos, a presença de um Conselho Consultivo aumenta a credibilidade da empresa perante investidores, fornecedores, parceiros e colaboradores.

Todos percebem que as decisões não dependem apenas da diretoria, mas contam com apoio de profissionais experientes e independentes.

Isso é ter um Conselho na sua empresa.

Opte pelo Conselho Consultivo — ele não decide, mas aconselha e orienta.

Monte-o com especialistas em áreas vitais, como Finanças, Pessoas, Tecnologia e Mercado.

E, se você é o CEO, Presidente ou principal executivo, seja também o Presidente do Conselho.

Você terá o melhor dos dois mundos: liberdade para espirrar quando quiser — e, ainda assim, o apoio de mentes que ajudam sua empresa a respirar melhor.

Nova regra do Lucro Presumido deve elevar imposto de empresas a partir de 2026

Mudança na base de cálculo do IRPJ e da CSLL pode aumentar a carga tributária em até 7%

As alterações anunciadas pela Receita Federal para entrarem em vigor em 2026 devem mudar de forma significativa o cálculo dos impostos para empresas enquadradas no Lucro Presumido. A nova regra atinge negócios com faturamento anual acima de R\$ 5 milhões, ou R\$ 1,25 milhão por trimestre, que passarão a ter percentuais maiores de presunção para fins de IRPJ e CSLL.

A medida faz parte de um movimento da Receita Federal para aproximar a tributação da realidade econômica das empresas com maior faturamento dentro do Lucro Presumido, reduzindo distorções entre o lucro efetivo e a base de cálculo dos tributos.

Pelas regras atuais, a base de presunção do IRPJ é de 8% e da CSLL, de 12%. A partir de 2026, esses percentuais sobem para 8,8% e 13,2%, respectivamente, sobre a parcela do faturamento que exceder o novo limite. Na prática, a mudança pode representar um aumento de até 7% no imposto devido, em comparação ao valor tradicionalmente recolhido.

No caso das empresas prestadoras de serviços, o impacto tende a ser ainda maior: O percentual de presunção, que hoje é de 32%, passará para 35,2% sobre o excedente de faturamento, ampliando a base sobre a qual incidem os tributos federais.

Na prática, uma empresa que fatura R\$ 6 milhões por ano, por exemplo, passará a recolher IRPJ e CSLL sobre uma base maior justamente sobre o excedente de R\$ 1 milhão. Dependendo da atividade e da margem de lucro, isso pode representar dezenas de milhares de reais a mais



em tributos ao longo do ano, pressionando diretamente o caixa.

Para Rodrigo Molinaro, especialista em Contabilidade e Controladoria do Grupo Villela, a mudança exige atenção redobrada por parte dos empresários. “Embora o ajuste pareça pequeno em termos percentuais, o impacto financeiro pode ser relevante ao longo do ano, especialmente para empresas que operam com margens mais apertadas”, afirma.

Segundo Molinaro, a principal consequência da nova regra é a necessidade de maior rigor no controle financeiro e tributário. “Com uma base de presunção mais alta, qualquer falha no acompanhamento do faturamento pode resultar em pagamento de imposto acima do esperado. O empresário precisa ter clareza sobre quanto fatura, quando ultrapassa os limites e quais tributos incidem sobre esse excedente”, explica.

A mudança também reacende o debate sobre o enquadramento tributário mais adequado. Dependendo do perfil da empresa, do nível de despesas dedutíveis e da margem de lucro real, o Lucro Presumido pode deixar de ser a opção mais vantajosa. “Em alguns casos, a migração para o Lucro

Real passa a fazer sentido, mas isso só pode ser definido com base em números concretos e projeções”, afirma o especialista.

Decisões automáticas, como manter o enquadramento tributário apenas por hábito, podem gerar custos desnecessários a partir de 2026. A recomendação é que a análise seja feita caso a caso, com simulações e projeções realistas.

Para o especialista, o momento é de planejamento. “Não se trata apenas de pagar mais imposto, mas de entender como essa alteração afeta o caixa, a precificação e a estratégia do negócio”, afirma.

“Quem se antecipa consegue ajustar processos e evitar surpresas quando a nova regra entrar em vigor”, conclui Molinaro.

Com a vigência prevista para 2026, o especialista recomenda que as empresas utilizem 2024 e 2025 como período de preparação, revisando controles internos, estrutura societária e planejamento tributário. Em um cenário de margens pressionadas e custos crescentes, a adaptação às novas regras pode ser decisiva para a saúde financeira das empresas.

Bosque da Esperança avança em ações sustentáveis com impacto socioambiental positivo

Modernização de energia solar, reciclagem integrada e reaproveitamento de resíduos marcam compromisso com responsabilidade ambiental

O cemitério Bosque da Esperança, em Belo Horizonte-MG., consolidou um modelo de gestão ambiental que combina inovação tecnológica, responsabilidade social e ciclos fechados de aproveitamento de recursos. As iniciativas implementadas refletem o compromisso da instituição em reduzir seu impacto ambiental enquanto gera benefícios diretos para a comunidade local.

"O Bosque tem avançado na consolidação de práticas sustentáveis com resultados concretos e impacto socioambiental positivo," afirma Ricardo Ribeiro, diretor do Bosque da Esperança. O empreendimento está em andamento com a modernização de seu sistema de energia solar fotovoltaica, incluindo a substituição das placas e do sistema de medição. Segundo Ricardo Ribeiro, "a partir de fevereiro de 2026, o empreendimento passará a divulgar relatórios sobre a participação da energia solar no consumo total e a eficiência do novo sistema." A iniciativa reforça o compromisso com fontes renováveis e visa aumentar a transparência sobre a contribuição energética sustentável da instituição.

GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS

Na dimensão de gestão de resíduos, o Bosque implementou um modelo integrado que prioriza a redução do envio de materiais a aterros sanitários. Os resultados já são expressivos: as ações adotadas evitaram que cerca de 14,8 toneladas de resíduos



fossem transportadas e descartadas em aterros, contribuindo para a redução de emissões.

Os materiais recicláveis — plástico, papel, metal e vidro — são destinados à Associação Eco Solidária de Trabalhadores da Reciclagem de Venda Nova (Belo Horizonte), gerando impacto social pela valorização do trabalho dos catadores. Até o momento, quase 5 toneladas de materiais recicláveis foram desviados do aterro, consolidando um ciclo de responsabilidade compartilhada.

A compostagem implementada no Bosque transforma resíduos orgânicos vegetais — como podas e flores

— em adubo utilizado integralmente nos jardins e áreas verdes da instituição. Desde a implantação do sistema, aproximadamente dez toneladas de resíduos orgânicos foram reaproveitadas, promovendo o fechamento do ciclo dos resíduos e o uso sustentável de nutrientes.

Além das práticas de gestão de resíduos e energia, o Bosque realiza monitoramento contínuo de fauna, evidenciando seu papel como refúgio de biodiversidade em área urbana. Os levantamentos já registraram a presença de 118 espécies de fauna, reforçando a importância do empreendimento para a conservação da biodiversidade e o equilíbrio ecológico local.

Localiza&Co apresenta lucro líquido ajustado de R\$ 3,4 bilhões em 2025

Caixa gerado pelas atividades de aluguel totalizou R\$6,3 bilhões.

A receita líquida anual, no Brasil, apresenta importante incremento em todas as frentes de negócio: na comparação anual, as receitas de aluguel somaram R\$19,6 bilhões, avanço de 8,4%.

Área de eficiência responsável pela venda de carros, Seminovos, acelera 15,6%, e alcança R\$ 22,2 bilhões em receita líquida no ano e bate novo recorde de vendas no 4T25

A Localiza&Co anunciou no dia 26/02, após o fechamento do mercado, o resultado do quarto trimestre de 2025 e do consolidado do ano, com destaque para o lucro líquido ajustado que somou R\$ 3,4 bilhões no ano. A Companhia encerrou 2025 com receita líquida consolidada, Brasil e México, de R\$ 41,8 bilhões, um crescimento de 12,1% na comparação anual. O EBITDA alcançou R\$ 13.753 milhões, uma expansão de 15,4% em relação a 2024, refletindo a recomposição de tarifas de aluguel, além dos ganhos de produtividade e gestão eficiente de custos.

Houve crescimento de receita em todas as divisões de negócios da Companhia: na comparação anual, as receitas de aluguel somaram R\$ 19,6 bilhões, avanço de 8,4%. Seminovos, encerrou o ano com receita líquida de R\$ 22,2 bilhões, crescimento de 15,6% na comparação anual.

"O ano de 2025 refletiu o cumprimento rigoroso das nossas prioridades estratégicas, com avanços substanciais em todas as nossas frentes. As escolhas feitas durante o período reiteram nossa capacidade de adaptação e de geração de valor, atestando a disciplina de execução da Companhia e a resiliência do nosso modelo de negócio", afirma Rodrigo Tavares, CFO da Localiza&Co.

Tavares complementa que esses



resultados foram acompanhados por um aumento significativo na geração de caixa das atividades de aluguel, que, somada à redução do capex de renovação – decorrente da melhoria do mix e KM médio de venda – totalizou R\$ 6,3 bilhões antes do pagamento de juros em 2025, praticamente dobrando em relação a 2024.

DESTAQUES 4T25

A Localiza&Co encerrou o trimestre com uma receita líquida consolidada de R\$11,0 bilhões, crescimento 11,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior; no EBITDA houve aumento de 12,1% na comparação com o 4T24, totalizando R\$ 3,7 bilhões; o EBIT também apresentou crescimento, alta de 17,8% frente ao ano anterior, encerrando o trimestre em R\$ 2,4 bilhões, e o lucro líquido consolidado somou R\$ 939 milhões, aumento de 12,1% em relação ao 4T24. Além disso, o ROIC anualizado do 4T25 atingiu 15,5%, com spread de 5,5 p.p. acima do custo da dívida. Esse desempenho marcou o retorno do spread da Companhia à sua faixa histórica de criação de valor e pavimentou o caminho para a evolução ao longo de 2026.

No 4T25, a Companhia atingiu um novo recorde de vendas em Seminovos, com 77.358 veículos vendidos no Brasil, mesmo em um trimestre sazonalmente com menor atividade. A receita líquida do trimestre foi de R\$ 5,8 bilhões, alta de 15,6% em relação ao 4T24.

A Localiza&Co é uma das maiores e mais completas plataformas de soluções de mobilidade do mundo. Companhia de capital aberto listada na B3 e com elevado nível de governança corporativa, a Localiza traz em sua história resultados extraordinários de protagonismo e inovação, sempre com o foco na geração de valor e com visão de longo prazo.

Fundada em Belo Horizonte, em 1973, ao longo do tempo consolidou-se como líder de mercado, sendo hoje uma das 25 marcas mais valiosas do país. O compromisso em superar as expectativas dos clientes, aliado à excelência operacional, permite à Companhia oferecer uma variada gama de soluções de mobilidade por meio de mais de 900 pontos físicos de atendimento ao cliente, distribuídos em sete países da América Latina.

Stanley 1913 lança tulipa térmica, copo inspirado no modelo clássico para cervejas artesanais

Novidade integra a campanha de verão da marca e se apresenta como a escolha ideal para aproveitar o Carnaval sob a tagline “O que é bom dura muito”

Com a chegada do Carnaval, uma das épocas mais festivas do ano, a Stanley 1913 lançou no Brasil a tulipa térmica, item ideal para encontros entre amigos e celebrações que atravessam o dia e a noite. Inspirado no modelo clássico para cervejas artesanais, o produto estreia como a primeira tulipa bohemiana da marca e se posiciona como uma aliada para quem quer curtir as festas com a bebida sempre gelada, do primeiro brinde ao último gole.

O lançamento aconteceu no dia 10 de fevereiro, mês em que o clima de festa toma conta do país. O item chega nas cores Stainless Steel Ash, Black Eclipse e Cream Moon. O preço sugerido é de R\$ 319, e o produto pode ser adquirido no site oficial da Stanley 1913 e em seus pontos de venda físicos no Brasil.

Com capacidade para 414ml, a tulipa térmica é produzida em aço inox 18/8 reciclado, livre de BPA, e conta com parede dupla e isolamento a vácuo, capaz de manter líquidos gelados por até quatro horas ou até 14 horas com a adição de gelo. O design une funcionalidade e sofisticação, com fundo de efeito prismático e base de silicone macio, que evita que o copo escorregue em superfícies lisas. Como todos os produtos da marca, este também conta com garantia vitalícia.

A tulipa integra a nova campanha da Stanley 1913, marca global de lifestyle reconhecida pela qualidade, durabilidade e inovação de seus produtos térmicos para alimentos e bebi-



das, para a linha de copos e taças térmicas, que se posiciona no território das celebrações sob a tagline “O que é bom dura muito”. A iniciativa celebra o verão e o Carnaval como momentos de encontro, reforçando a proposta de fazer o momento durar, seja pela manutenção da bebida gelada por horas, seja pela experiência de viver encontros que ficam na memória.

A Stanley 1913 fabrica, comercializa e vende recipientes inovadores

para alimentos e bebidas sob a marca Stanley 1913. Inventada por William Stanley, Jr. em 2 de setembro de 1913 (data oficial da patente), a garrafa térmica totalmente em aço revolucionou a maneira como as pessoas desfrutavam de alimentos e bebidas. Desde então, a marca Stanley 1913 é reconhecida por oferecer recipientes de comida e bebida de qualidade superior para estilos de vida ativos. A marca Stanley 1913 é conhecida pela qualidade de seus produtos de marca. Built for Life®.

Sejusp MG firma termo de compromisso com a Direcional Engenharia para ampliar trabalho prisional e ressocialização em Minas Gerais

Iniciativa prevê capacitação profissional e melhorias estruturais em unidade prisional

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp MG) firmou Termo de Compromisso com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Serviço Social Autônomo (Servas) e a Direcional Engenharia, uma das maiores incorporadoras e construtoras do Brasil, para viabilizar ações de profissionalização, capacitação e ressocialização de indivíduos privados de liberdade (IPL).

A assinatura simbólica da parceria, que marca o início da execução do projeto, foi realizada no dia 2 de fevereiro e prevê a implantação progressiva de uma central de fôrmas de alumínio para prestação de serviços de pré-montagem (mock up), manutenção e limpeza das formas utilizadas nos canteiros da Direcional Engenharia. O projeto piloto será patrocinado e executado pela empresa no Presídio Antônio Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves, com possibilidade de expansão.

Para Ricardo Gontijo, CEO da Direcional, a iniciativa reforça o compromisso da empresa com a ressocialização por meio do trabalho. “Esse convênio é um motivo de muito orgulho para a Direcional. Estamos iniciando um trabalho que acreditamos que pode se tornar um exemplo para o país na ressocialização de indivíduos privados de liberdade, devolvendo à sociedade um pouco daquilo que recebemos e contribuindo para que essas pessoas tenham um futuro melhor”.



A Direcional Engenharia é uma das maiores construtoras do Brasil, com foco no desenvolvimento

de empreendimentos populares, de médio padrão e com atuação em diversas regiões do território nacional. Ao longo de seus 45 anos de fundação, superou a marca de 400 mil unidades entregues e/ou incorporadas. Protagonista do setor no país, faz uso intensivo de tecnologia digital em seus diversos processos e foi uma das pioneiras ao introduzir a possibilidade de compra de imóveis residenciais de forma 100% online. Na engenharia, utiliza métodos construtivos que garantem escala, produtividade e ganhos ambientais com redução significativa no volume de resíduos em obras se comparado ao método tradicional de alvenaria estrutural. A companhia está listada na Bolsa de Valores B3 e possui a mais qualificada classificação de risco S&P Global para o Brasil, rating brAAA desde 2021, reafirmado em abril de 2025.

Taxa de juros Selic: o exterminador da economia brasileira

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

É urgente reduzir de forma significativa e já em março, a taxa de juros Selic - ou a economia brasileira vai colapsar de vez



Há muito, venho afirmando que o Brasil desaprendeu a crescer a sua economia de forma expressiva e que, quando comparada com o desempenho global e, principalmente com o dos países emergentes e em desenvolvimento – categoria da qual faz parte, o resultado é típico de rabo de cavalo, que cresce sempre para trás e para baixo.

Nestes 25 anos do século XXI, em apenas seis vezes a o crescimento da economia brasileira superou a média mundial e, nessas vezes em boa parte, de

forma bastante modesta. E, país cuja economia não cresce, como já afirmava o ex-presidente JK, é país condenado ao subdesenvolvimento, à miséria e à fome – considerados os maiores inimigos da democracia.

O Brasil vem adotando, durante as últimas quatro décadas, uma política monetária ostensivamente contrária ao desenvolvimento nacional com a prática de taxas de juros básicas muito acima da inflação e posicionando o país, em boa parte do período, como

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB MUNDIAL x BRASIL 2001/2025 - Em %

Ano	Mundo	Brasil	Ano	Mundo	Brasil
2001	2,49	1,39	2013	3,45	3,01
2002	2,87	3,05	2014	3,56	0,50
2003	4,27	1,14	2015	3,46	-3,55
2004	5,44	5,76	2016	3,26	-3,28
2005	4,78	3,20	2017	3,84	1,32
2006	5,36	3,96	2018	3,63	1,78
2007	5,45	6,07	2019	2,91	1,22
2008	3,05	5,09	2020	-2,69	-3,28
2009	-0,14	-0,13	2021	6,62	4,76
2010	5,36	7,53	2022	3,75	3,02
2011	4,17	3,97	2023	3,51	3,24
2012	3,52	1,92	2024	3,34	3,40
			2025*	3,30	2,50

*2025: Projeções
Em **vermelho**: anos em que a economia brasileira cresceu menos do que a média mundial; Em **azul**: anos em que a economia brasileira basicamente cresceu no mesmo ritmo da média mundial. Fonte: FMI/World Economic Outlook Database/Oct 2024. Elaboração: MercadoComum/Há 33 Anos Formando Opiniões!

um campeão absoluto em taxas básicas de juros reais na economia. Tudo acobertado sobre a bandeira do combate à inflação, como se esta fosse uma cruzada mortal efetiva na sua erradicação absoluta. Nas últimas quase três décadas esse combate se revigorou, de forma substantiva, com a implantação do Sistema de Metas, tornando-se uma verdadeira obsessão pela maioria dos plantonistas responsáveis pela condução da política econômica nacional. Virou o único remédio no combate à doença e, sempre, com dosagens máximas e exageradas, como as verificadas nos últimos anos.

As estimativas do FMI – Fundo Monetário Internacional divulgadas em 19 de janeiro para a economia brasileira foram na contramão da previsão para o PIB global, e o país foi um dos que sofreram maiores cortes nas suas perspectivas para o ano de 2026. Para o FMI, o PIB brasileiro crescerá 1,6% neste ano - abaixo do 1,9% estimado em outubro do ano passado - e 2,1% em 2027. A piora da previsão para o Brasil ocorre na situação em que a instituição ampliou a estimativa para o crescimento da economia global neste ano de 3,1% para 3,3% em decorrência da expectativa de um aumento do crescimento dos Estados Unidos e da Cima.

Segundo o Fundo, o principal motivo é a política brasileira de juros altos adotada para conter a inflação.



Atualmente em 9,23% ao ano - um dos maiores patamares de taxa real em quase 20 anos, a taxa básica de juros da economia é o principal e usado como único instrumento do Banco Central (BC) do Brasil para tentar conter as pressões inflacionárias, que tem efeitos, principalmente, sobre a população mais pobre.

Com a decisão de 28 de janeiro do COPOM de manter a taxa Selic em 15% ao ano, o Brasil se mantém no 2º lugar do ranking global de juros reais (quando é descontada a inflação). A taxa projetada em 12 meses recuou de 9,44% para

9,23% -caiu 0,21 ponto percentual. Só a Rússia (9,88%) tem maior juro real que o Brasil. Países de economia emergente, como Argentina (7,63%) e Turquia (6,45%), têm taxas inferiores à brasileira. A taxa de juros real praticada pelos Estados Unidos é de apenas 1,55% ao ano.

De acordo com o Banco Central, os juros nominais do setor público brasileiro consolidado, apropriados por competência, somaram R\$63,6 bilhões em janeiro de 2026, comparativamente a R\$40,4 bilhões em janeiro de 2025. No acumulado em doze meses, os juros nominais

alcançaram R\$1.030,8 bilhões (8,05% do PIB), comparativamente a R\$910,9 bilhões (7,69% do PIB) nos doze meses até janeiro de 2025. Cabe salientar que o PIB-Produto Interno Bruto brasileiro estimado para o mês de janeiro foi de R\$ 12.800,13 bilhões. Portanto, um aumento de R\$ 119,9 bilhões verificados no acumulado dos últimos doze meses.

Como consequência, o resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi superavitário em R\$40,1 bilhões em janeiro. No entanto, no

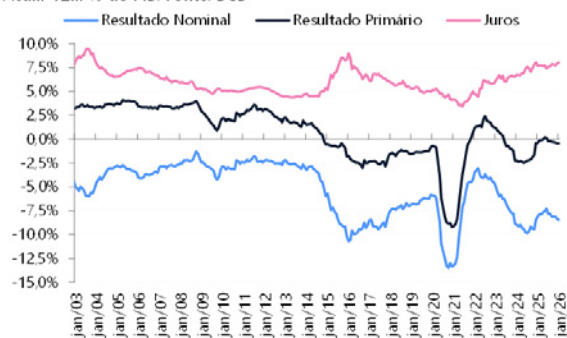
acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.086,2 bilhões (8,49% do PIB), ante déficit nominal de R\$1.062,6 bilhões (8,34% do PIB) em dezembro de 2025. E, pelo andar da carruagem, vai continuar nessa trajetória.

Já a Dívida Bruta Geral do Governo - DBGG - que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais - atingiu 78,7% do PIB (R\$10.079,06 bilhões) em janeiro de 2026, mesmo percentual do PIB observado no mês anterior. Essa evolução no mês decorreu, principalmente, dos resgates líquidos de dívida (-0,2 p.p.), da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,2 p.p.) e dos juros nominais apropriados (0,8 p.p.). Mantido o ritmo atual e mesmo na expectativa de uma taxa Selic reduzida para 12,25% até dezembro, a DGGV deve atingir 83,2% do PIB no final de 2026.

As despesas de juros, de R\$ 1,030,8 bilhões no acumulado dos últimos doze

Setor público consolidado

Acum. 12m % do PIB. Fonte: BCB



Dívida bruta do governo geral

Acum. 12m % do PIB. Fonte: BCB



meses até janeiro e incidentes sobre o saldo de R\$ 10.079,06 da Dívida Bruta Geral do Governo e 78,7% do PIB, representaram um custo de 10,22% ao ano sobre a mesma e, portanto, inferior à Selic de 15% a.a. Isso tem uma explicação: o fato de que a Selic não ser o

único indexador de remuneração, havendo outros como os títulos pré-fixados ou indexados ao IPCA, IGMP, TR etc. Estima-se que a Selic corresponda a 2/3 do custo da DBGG.

De acordo com o mercado financeiro e empresas

de consultoria econômica, gora, sobretudo devido à evolução recente do câmbio e da inflação, passou-se a trabalhar com um corte de 50 pontos-base para a reunião do COPOM do dia 18 de março próximo. Mas essa revisão não altera substancialmente outras projeções para o ritmo e a extensão do ciclo de flexibilização, continuando-se a avaliar que, a menos de um (pouco provável) esfriamento mais agudo da economia, o ritmo de redução da Selic não ultrapassará os 50 pontos-base por reunião do Copom; e antevê-se que, neste ciclo de flexibilização, a taxa básica de juros será reduzida em 250 pontos-base, para 12,5% ao ano.

Assim, pode-se estimar que de cada redução de 1% na taxa Selic haverá uma diminuição anual de R\$ 67 bilhões nas despesas no pagamento de juros sobre a Dívida Bruta brasileira e, por esta razão, torna-se imprescindível a sua imediata redução e em níveis superiores aos aguardados pelo mercado financeiro.

Dívida Pública brasileira supera a média dos países emergentes



A dívida pública global atingiu o recorde de US\$ 102 trilhões em 2024 - último dado disponível, de acordo a UNCTAD e deverá atingir 100% do PIB até 2029, segundo o FMI.

O FMI-Fundo Monetário Interno utiliza-se de

metodologia e parâmetros diferentes dos usados pelo Banco Central do Brasil, quando os indicadores brasileiros sempre costumam ser inferiores aos adotados por aquela instituição.

A seguir, apresentamos as estimativas dos saldos

BRASIL – RESULTADO PRIMÁRIO X RESULTADO NOMINAL X JUROS PAGOS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA EM RELAÇÃO AO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO – Em % - 2001/2025

Ano	Resultado Primário	Juros sobre a Dívida	Déficit Nominal
2001	3,2	6,6	3,4
2002	3,2	7,6	4,4
2003	3,2	8,4	5,2
2004	3,7	6,6	2,9
2005	3,7	7,2	3,5
2006	3,2	6,7	3,6
2007	3,2	6,0	2,7
2008	3,3	5,3	2,0
2009	1,9	5,2	3,2
2010	2,6	5,0	2,4
2011	2,9	5,4	2,5
2012	2,2	4,4	2,3
2013	1,7	4,7	3,0
2014	-0,3	5,7	6,0
2015	-1,9	8,3	10,2
2016	-2,5	6,5	9,0
2017	-1,7	6,1	7,8
2018	-1,5	5,5	7,0
2019	-0,8	5,0	5,8
2020	-9,2	4,1	13,3
2021	0,7	5,0	4,3
2022	1,2	5,8	4,6
2023	-2,3	6,6	8,8
2024	-0,4	8,0	8,3
2025*	-0,4	7,9	8,5

Contas consolidadas do Governo Geral
Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

para o final de 2025, quando o Japão lidera com o maior nível de endividamento global, atingindo 230% do seu PIB-Produto Interno Bruto, cabendo uma ressalva: o fato de o Banco Central japonês deter cerca de 50% do estoque em títulos emitidos pelo próprio governo.

Para o FMI, o endividamento público brasileiro alcançou em 2025 o equivalente a 91,42% superior ao PIB - percentual mais elevado do que a média de 72,69% dos países considerados emergentes e em desenvolvimento, categoria da qual faz parte. Mas no Brasil

MUNDO - DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA EM RELAÇÃO AO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO 2025* - EM %

Países Selecionados:	Valor
Economias Avançadas	110,25
Economias Emergentes	72,69
Japão	229,57
Itália	136,84
Estados Unidos	125,05
França	116,51
Canadá	113,94
Reino Unido	108,36
Espanha	100,40
China	96,26
Brasil	91,42
Portugal	90,95
Índia	81,36
Argentina	78,84
Malásia	70,44
Alemanha	64,42
Polônia	60,02
México	58,86
Coreia do Sul	53,37
Austrália	51,04
Holanda	44,04
Chile	42,74
Indonésia	40,83
Suíça	36,88
Irã	35,58
Vietnam	32,05
Arábia Saudita	29,21
Turquia	24,29
Rússia	23,05

*Estimativa / Países selecionados. Fonte: World Economic Outlook 2025
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento/MercadoComum

a situação é pior, porque sobre uma dívida pública cada vez mais crescente incide uma das maiores taxas de juros do mundo

DÍVIDA BRUTA X DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO RASILEIRO EM RELAÇÃO AO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - Em % - 2001/2025

Ano	Dívida Bruta	Dívida Líquida
2001	67,3	50,2
2002	76,1	59,2
2003	71,5	55,2
2004	68,0	48,9
2005	67,0	46,2
2006	55,5	46,5
2007	56,7	44,5
2008	56,0	37,6
2009	59,2	40,9
2010	51,8	38,0
2011	51,3	34,5
2012	53,7	32,2
2013	51,5	30,5
2014	56,3	32,0
2015	65,5	35,6
2016	69,8	46,1
2017	73,7	51,4
2018	75,3	52,8
2019	74,4	54,7
2020	86,9	61,4
2021	77,3	55,1
2022	71,7	56,1
2023	73,8	60,4
2024	76,3	61,5
2025*	78,7	65,3

Dívida Pública Consolidada – União, Estados e Municípios. Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

Para o governo brasileiro e segundo o Tesouro Nacional, a dívida pública consolidada/PIB deve atingir 83,6%

***CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA**

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, com vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e de Comércio, Indústria e Mineração; e de Minas e Energia do Governo de Minas Gerais; Também foi Diretor-Geral (Reitor) e fundador do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Atualmente é Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Integra vários Conselhos Consultivos e de Administração de diversas empresas e instituições. Membro da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais e da Academia Brasileira de Ciências Contábeis. Vice-Presidente da diretoria executiva da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros, como a coletânea de 3 livros – 2.336 páginas, intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”.

Juros atingem recorde histórico: valores acumulados no pagamento sobre a dívida pública brasileira nos últimos dozes meses, até janeiro de 2026, chegaram a R\$ 1,03 trilhão – e a Dívida Bruta atingiu R\$ 10,1 trilhões – 78,7% do PIB

O Banco Central do Brasil divulgou, no dia 27 de fevereiro, os dados estatísticos sobre as contas públicas nacionais, revelando que, no acumulado em doze meses até janeiro de 2026, os juros nominais sobre a dívida pública brasileira alcançaram R\$1.030,8 bilhões (8,05% do PIB), comparativamente a R\$910,9 bilhões (7,69% do PIB) nos doze meses até janeiro de 2025. O aumento ocorrido no período foi significativo e totalizou R\$ 120 bilhões

A Dívida Bruta do Governo Geral – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 78,7% do PIB (R\$10,1 trilhões) em janeiro de 2026, mesmo percentual do PIB observado no mês anterior.

No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.086,2



bilhões (8,49% do PIB). Desse resultado, os juros nominais sobre a dívida pública responderam por 95% do total.

1. RESULTADOS FISCAIS

O resultado primário do setor público consolidado foi superavitário em R\$103,7 bilhões em janeiro de 2026, ante superávit de R\$104,1 bilhões no mesmo mês de 2025. No mês, o Governo Central e os governos regionais registraram superávits respectivos de R\$87,3 bilhões e de R\$21,3 bilhões, e as empresas estatais, déficit de R\$4,9 bilhões. Em doze meses, o setor público consolidado foi deficitário em R\$55,4 bilhões, 0,43% do PIB, mesmo percentual do PIB registrado nos doze meses até dezembro de 2025.

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por

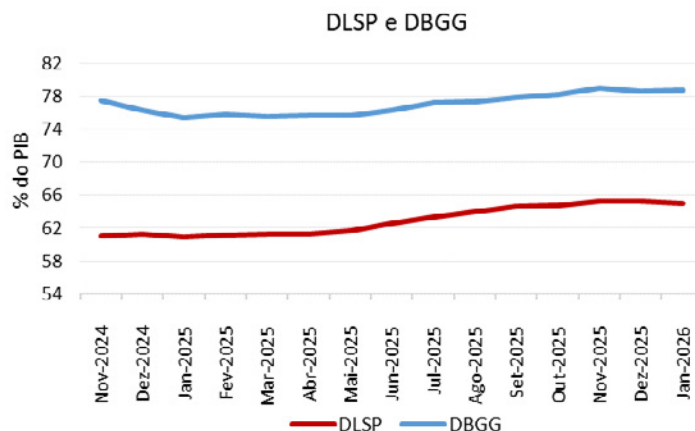
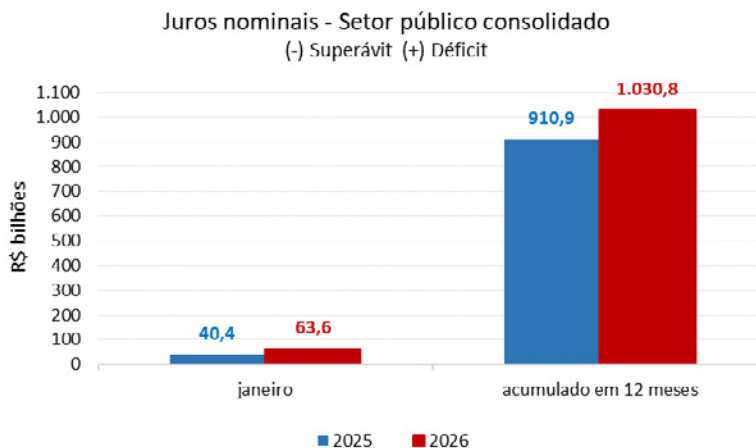
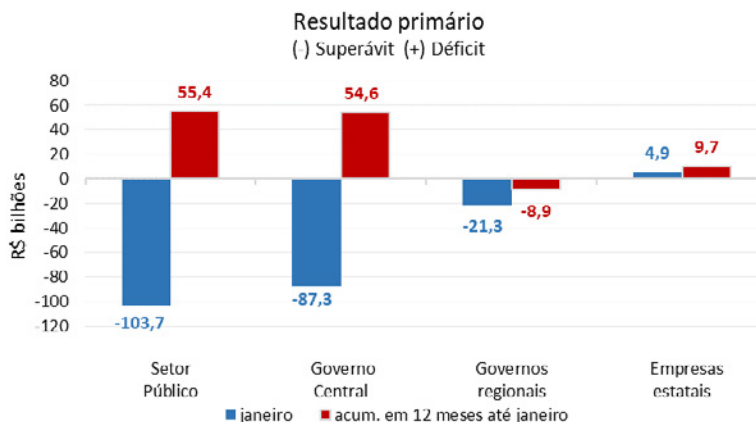
competência, somaram R\$63,6 bilhões em janeiro de 2026, comparativamente a R\$40,4 bilhões em janeiro de 2025. Contribuíram para a alta o crescimento da taxa Selic e do estoque do endividamento líquido no período, que mais do que compensaram a melhora no resultado das operações de swap cambial (ganho de R\$36,0 bilhões em janeiro de 2025 e de R\$42,5 bilhões em janeiro de 2026). No acumulado em doze meses, os juros nominais alcançaram R\$1.030,8 bilhões (8,05% do PIB), comparativamente a R\$910,9 bilhões (7,69% do PIB) nos doze meses até janeiro de 2025.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi superavitário em R\$40,1 bilhões em janeiro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$1.086,2 bilhões (8,49% do PIB), ante déficit nominal de R\$1.062,6 bilhões (8,34% do PIB) em dezembro de 2025.

2. DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

A DLSP atingiu 65,0% do PIB (R\$8,3 trilhões) em janeiro, reduzindo-se 0,3 p.p. do PIB no mês. Esse resultado refletiu, sobretudo, os impactos do superávit primário (-0,8 p.p.), do efeito da variação do PIB nominal (-0,3 p.p.), dos demais ajustes da dívida externa líquida (-0,2 p.p.), da valorização cambial de 4,9% (0,6 p.p.) e dos juros nominais apropriados (0,5 p.p.).

A DBGG – que compreende Governo Federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 78,7% do PIB (R\$10,1 trilhões) em janeiro de 2026, mesmo percentual do PIB observado no mês anterior. Essa evolução no mês decorreu, principalmente, dos resgates líquidos de dívida (-0,2 p.p.), da variação do PIB nominal (-0,4 p.p.), do efeito da valorização cambial (-0,2 p.p.) e dos juros nominais apropriados (0,8 p.p.).



Juros altos seguem travando o crescimento e mantêm o Brasil refém da Selic

Juros elevados encarecem o crédito travam investimentos e exigem decisões financeiras mais estratégicas das companhias



Mesmo após quase três décadas do Plano Real, o Brasil convive com juros estruturalmente elevados como principal instrumento de controle inflacionário. Dados do IBGE mostram que a inflação acumulada pelo IPCA desde 1994 supera 700%, o que representa perda superior a 85% do poder de compra da moeda. Esse histórico ajuda a explicar a postura mais conservadora da política monetária e a manutenção da Selic em níveis elevados por longos ciclos.

No cenário atual, a cautela do Banco Central do Brasil está ligada à combinação entre inflação ainda

pressionada, expectativas parcialmente desancoradas e incertezas fiscais. Com o índice de preços orbitando o teto da banda de tolerância de 4,5%, frente à meta central de 3%, a autoridade monetária opta por preservar credibilidade e previsibilidade, mesmo ao custo de desacelerar a atividade econômica.

Para Beny Fard, engenheiro, especialista em finanças e CEO da fintech DeFin, o país ainda paga o preço de desequilíbrios históricos. “O juro alto virou uma espécie de seguro institucional. Ele protege a moeda, mas penaliza o investimento produtivo e

empurra empresas para decisões defensivas”, afirma.

O ambiente internacional reforça essa postura. A política monetária dos Estados Unidos segue exercendo influência direta sobre economias emergentes. A sinalização de juros elevados por mais tempo pelo Federal Reserve fortalece o dólar, pressiona o câmbio e encarece importações, afetando expectativas inflacionárias domésticas.

Segundo o especialista, esse cenário reduz o espaço de manobra do Brasil. “Quando o juro americano permanece alto, cortes precipitados

aqui tendem a gerar fuga de capital e volatilidade cambial. O Banco Central acaba sendo forçado a agir de forma defensiva”, diz.

Esse contexto se reflete na curva de juros doméstica, especialmente nos vencimentos mais longos, que incorporam prêmios elevados de risco. Os efeitos chegam rapidamente à economia real. Crédito mais caro desestimula consumo, adia investimentos e eleva o custo médio de capital das empresas. Em muitos casos, torna-se financeiramente mais atraente aplicar recursos em títulos públicos do que investir em expansão, inovação ou aumento de capacidade produtiva. “A Selic alta distorce a lógica empresarial. O retorno financeiro sem risco passa a competir diretamente com o investimento no próprio negócio”, avalia Fard.

No campo fiscal, o impacto é ainda mais sensível. Com a dívida bruta do governo geral se aproximando de R\$ 9 trilhões, grande parte indexada à Selic, cada ponto percentual adicional eleva de forma significativa o custo de rolagem.

Isso reduz o espaço para políticas públicas e amplia a sensibilidade do mercado a qualquer sinal de deterioração fiscal. Embora política monetária e fiscal sejam formalmente independentes, a percepção de risco influencia diretamente o nível de juros exigido pelos investidores.

Diante desse cenário prolongado de juros elevados, empresas precisam ir além do ajuste tático de curto prazo e adotar uma postura mais estruturada de gestão financeira. “Juros altos não são apenas um problema macroeconômico. Eles exigem maturidade financeira, leitura de risco e decisões mais criteriosas para atravessar ciclos longos de aperto monetário”, afirma o especialista.

O especialista aponta cinco pontos de atenção para empresas em um ambiente de Selic elevada.



Antes de adotar medidas pontuais, a recomendação é que as companhias façam uma revisão ampla da estrutura financeira, buscando previsibilidade e resiliência no médio e longo prazo.

REAVALIAR O CUSTO REAL DO CAPITAL

Projetos precisam ser recalculados com taxas de desconto mais altas e premissas mais conservadoras. “Muitos investimentos que pareciam viáveis em um ambiente de juros baixos passam a destruir valor quando o custo do dinheiro sobe”, alerta.

RENEGOCIAR DÍVIDAS E A LONGAR PRAZOS

Reduzir a exposição a dívidas pós-fixadas e buscar alongamento de passivos ajuda a diminuir a volatilidade financeira. Segundo ele, entender a indexação da dívida é tão relevante quanto o volume contratado.

SEPARAR CAPITAL OPERACIONAL DE CAPITAL ESTRATÉGICO

Misturar caixa de giro com recursos destinados a investimento aumenta o risco financeiro. “Empresas que não fazem essa separação tendem a perder eficiência e margem justamente quando o ambiente fica mais restritivo”, afirma.

CONTRATAR ASSESSORIA ESPECIALIZADA

A escolha de empresas com experiência em estruturação financeira e crédito é decisiva. O alerta é para soluções genéricas. “Cada negócio tem uma dinâmica própria de risco, fluxo de caixa e financiamento. Não existe resposta única”, diz.

AVALIAR ALTERNATIVAS AO CRÉDITO BANCÁRIO TRADICIONAL

Mercado de capitais, estruturas privadas de crédito e soluções híbridas podem oferecer condições mais adequadas. “O erro é achar que o banco é sempre a única porta. Hoje existem instrumentos mais eficientes para empresas bem estruturadas”, conclui.

A redução sustentável da taxa de juros no Brasil depende de fatores que vão além do ciclo econômico imediato, como inflação convergindo de forma consistente para a meta, previsibilidade fiscal, estabilidade institucional e segurança jurídica.

Até que esse ambiente se consolide, a Selic tende a cair de forma gradual e condicionada. Sem enfrentar as causas estruturais, o país corre o risco de perpetuar o ciclo histórico de juros altos, baixo crescimento e perda de competitividade, um cenário que exige das empresas mais estratégia e menos improvisto.

Desaceleração da indústria em 2025 deve-se a juros e aumento de tributação

Para Rafael Cervone, presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) e primeiro vice da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a perda de ritmo do setor nos últimos quatro meses de 2025, anunciada pelo IBGE nesta terça-feira (3/02), resulta da persistência dos juros muito elevados, dos agravantes históricos do “Custo Brasil” e de um conjunto de medidas adotadas no período pelo governo. “Todos esses fatores pesaram de modo direto sobre nossa atividade”, afirmou.

A produção industrial fechou 2025 com crescimento de apenas 0,6%. Apesar de marcar o terceiro ano consecutivo de expansão — após alta de 3,1% em 2024 e de 0,1% em 2023 —, o resultado escancara a desaceleração. Até junho, o setor acumulava avanço de 1,2% frente ao mesmo período do ano anterior. No segundo semestre, a variação foi nula. Mas, entre setembro e dezembro, houve recuo de 1,9%.

“Não é coincidência essa perda de ritmo. O setor já vinha operando sob forte pressão de juros muito elevados, que encarecem o crédito, travam investimentos e comprimem o consumo. Quando isso se soma a impostos altos, insegurança jurídica, custos trabalhistas crescentes e à valorização do câmbio, o ambiente torna-se francamente adverso para quem produz”, ponderou Cervone.

Segundo o presidente do Ciesp, medidas aprovadas no fim do ano aprofundaram o problema. Dentre as iniciativas mais nocivas está a Lei Complementar nº 128/2025, que inaugurou um equívoco conceitual ao tratar o lucro presumido como bene-



fício fiscal. Na prática, a lei promove uma elevação direta da tributação nesse regime, ao aumentar o percentual de presunção para empresas com receita anual acima de R\$ 5 milhões. “Quase metade do ônus adicional criado por essa lei recai sobre a indústria. Trata-se de uma alternativa inaceitável, sobretudo diante do papel estratégico do setor na economia brasileira”, salientou Cervone.

A situação agravou-se com o aumento da tributação dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), cuja alíquota passou a 17,5%. Segundo levantamento da CNI, essa mudança elevará em cerca de R\$ 1 bilhão a carga tributária do setor, reduzindo diretamente sua capacidade de investir.

“Também preocupante foi a entrada em vigor da Lei nº 15.270/2025, que aumentou impostos, ao taxar lucros e dividendos. O mais grave é que, conforme confirmado pela Receita Federal, estabeleceu-se tributação de 10% sobre a base de cálculo do Simples Nacional. É um golpe duro contra

os pequenos empreendedores, inclusive da indústria”, frisou o presidente do Ciesp.

Cervone observou que esse conjunto de fatores acaba anulando parte dos efeitos positivos de políticas públicas como a Nova Indústria Brasil (NIB) e os mecanismos de depreciação acelerada. “São iniciativas importantes, mas perdem potência quando o ambiente macroeconômico e regulatório caminha na direção oposta”.

Para o presidente do Ciesp, a perda de dinamismo no fim de 2025 acende um alerta para 2026. “A indústria é o setor que mais agrega valor, irradia efeitos por todas as cadeias produtivas, gera empregos de qualidade, tecnologia e inovação. Se perde ritmo, a economia como um todo sente. Precisamos de um ambiente mais favorável ao investimento, com juros menores e menos entraves estruturais. A retomada do crescimento passa necessariamente por um chão de fábrica forte”, enfatizou Rafael Cervone.

Finep e MCTI anunciam R\$ 3,3 bi em recursos não reembolsáveis para impulsionar projetos da Nova Indústria Brasil

Em evento realizado no dia 6 de fevereiro, na CNI, em São Paulo, foram anunciados 13 editais de subvenção econômica visando à reindustrialização nacional em setores estratégicos para o país



A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) anunciaram, no dia 6/2, em reunião extraordinária do Movimento Empresarial de Inovação (MEI), na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo, o lançamento de 13 editais com recursos não reembolsáveis (subvenção econômica) da ordem de R\$ 3,3 bilhões no total para projetos que impulsionem a Nova Indústria Brasil (NIB). Trata-se de recursos

que não precisarão ser devolvidos às instituições concedentes, disponíveis para empresas de todos os portes. O objetivo é promover a reindustrialização nacional com foco em sustentabilidade, autonomia tecnológica e diminuição da dependência externa, com geração de empregos e renda para o país.

Podem concorrer empresas brasileiras, de todos os portes, que possuem propostas de desenvolvimento tecnoló-

gico alinhadas às linhas temáticas definidas para os seis setores estratégicos da NIB: cadeias agroindustriais, saúde, infraestrutura, transformação digital, transição energética e defesa nacional. Os itens financiáveis são gastos de pessoal, serviços de consultoria, equipamentos e material de consumo, dentre outros.

“Do início da nossa gestão, até o fim de 2025, o MCTI, por meio da Finep, investiu R\$ 44,3 bilhões, inclu-

do contrapartidas, em 3.090 projetos ligados à NIB. É com enorme satisfação que anuncio um novo pacote de ações de subvenção para empresas, que totalizam cerca de R\$ 3,3 bilhões em recursos não reembolsáveis. Estamos assumindo uma postura ativa, apresentando aos empresários do país estas chamadas, com recurso nobre para a inovação, contribuindo com o crescimento sustentável, tecnológico e inclusivo, como bem ressaltou o presidente Lula”, destacou a ministra Luciana Santos.

“O propósito desta rodada de oferta de recursos não reembolsáveis às empresas é contribuir para fomentar a inovação, reduzir assimetrias regionais, promover a transferência de tecnologia e fortalecer a competitividade nacional, de forma que a política pública da NIB alcance os resultados esperados”, disse o presidente a Finep, Luiz Antônio Elias.

Durante o evento, a ministra Luciana Santos citou exemplos de iniciativas financiadas pelo governo como a proposta de descarbonização do transporte coletivo no Brasil, como o desenvolvimento do ônibus híbrido elétrico, com geração própria de energia a partir do etanol - um projeto pioneiro de mobilidade sustentável e uma inovação 100% brasileira que viabiliza redução de até 71% nas emissões de CO2.

OS SETORES E OS RECURSOS DISPONÍVEIS:

- *Cadeias Agroindustriais; Saúde; Tecnologias Digitais; Base Industrial de Defesa, e a Chamada Regional receberão R\$ 300 milhões cada de subvenção econômica da Finep;*
- *Transformação Mineral receberá subvenção de R\$ 200 milhões;*
- *Economia Circular e Cidades Sustentáveis, R\$ 150 milhões;*
- *Mobilidade Sustentável, R\$ 120*



milhões; Semicondutores, R\$ 100 milhões

- *Desafios Tecnológicos, R\$ 210 milhões. Desse total, R\$ 60 milhões em um edital para desenvolvimento de Trator para Agricultura Familiar e outro de R\$ 150 milhões para o Eletrolisador Nacional.*
- *Transição Energética receberá a maior parte dos recursos: R\$ 500 milhões.*

SEIS CHAMADAS JÁ ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE DA FINEP.

Durante o evento, também foi anunciada uma nova rodada da Seleção Pública “Conhecimento Brasil”, que passa a contemplar não apenas a repatriação, mas também a fixação e atração de pesquisadores de excelência no país. A iniciativa reforça o compromisso com a valorização do capital humano e a consolidação da base científica nacional. O novo edital disponibilizará R\$ 500 milhões para impulsionar a geração de conhecimento e inovação.

CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO NA SELEÇÃO “CONHECIMENTO BRASIL”

É requisito obrigatório que as empresas tenham parceria com Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs).

A apresentação de proposta em

rede. Ou seja, em parceria com ao menos outras duas empresas e mais um ICT. A Finep explica que isso confere condições diferenciadas de contrapartida como estímulo à mobilização do sistema de inovação nacional que promove a integração entre atores, facilita a transferência de tecnologia, fortalece a competitividade das empresas e impulsiona o desenvolvimento regional por meio da geração e difusão de conhecimento.

INOVAÇÃO COMO MOTOR PARA A EXPORTAÇÃO AO MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA

A reunião da MEI reúne líderes empresariais e setor público para aumentar a competitividade industrial via inovação. Durante o painel “Acordo Mercosul – União Europeia: oportunidades e prioridades da indústria para inovação, foram apresentadas projeções e avaliações em relação ao acordo. Entre as conclusões, a necessidade de políticas públicas que incentivem a inovação.

“No contexto global, iniciativas para promover a inovação no país são especialmente necessárias para garantir a soberania brasileira, fortalecer projetos estruturantes em áreas estratégicas e promover valor agregado à pauta de exportação, especialmente no contexto de acordos econômicos bilaterais, como o do Mercosul e UE. A Finep está, cada vez mais, na centralidade da agenda de inovação, junto com os atores da indústria e da academia”, frisou o presidente Luiz Antônio Elias.

Democracia, ontem e hoje

José Maria Couto Moreira*

Advogado

É o celebrado Otávio Mangabeira, um dos vultos de nosso mundo político, quem nos deixou valioso legado, ou melhor, a advertência, valorizada pelos bons e empregada pelos maus (quando lhes convém), que a democracia (em nosso país) é uma flor tenra, e haveremos de cuidá-la todos os dias, para manter-se viva.

Democracia não é um fenômeno natural, mas o resultado de um esforço histórico, em que nele empenharam-se filósofos, homens de estado e poetas, desde a primitiva Atenas até nossos dias. Ela não se completa em definitivo, exige aperfeiçoamento e prática constante, renúncias, transigências, compreensão, concessões. Em invocação de seu nome, contudo, embora viesse para apaziguar, quanto sangue correu em seu nome no mundo e no Brasil, aqui em episódios recentes.

Os arautos da democracia são comumente os que mais a ferem, invocada sempre em situação de crise, empunhada por vezes por uma minoria que a clama como tábua de salvação em uma situação de desconforto pessoal ou de grupo.

A história nos oferece capítulos de formação de democracia que podiam nos ajudar a desenvolver métodos e ações mais proveitosos para a convivência humana. Mas o homem, protagonista da história e seu arauto, é o que menos se aproxima dela para aprimorá-la ou garanti-la.

Exemplo soberbo de democracia nos dão os Estados Unidos da América. Conquanto haja os que o criticam, aquele país tem prestado relevante serviço à causa da democracia e da paz. A Organização das Nações Unidas



é exemplo notório do desejo originariamente americano (obsessão de Woodrow Wilson), que, inspirado nos ideais democráticos, rompeu a barreira dos que não a queriam para ceder lugar à adesão aos princípios e fundamentos de seu estatuto. Embora altamente militarizado, o que reconhece em seu benefício e do próprio planeta, os EE.UU., de Washington, Roosevelt ou Trump não esmorecem na vigilância pela paz e mesmo pela democracia, que exorta seja praticada em cada nação.

É Alexis de Tocqueville, pensador e sábio francês do século XIX que, em alentado estudo publicou o sempre citado *A Democracia na América* (1735), um manual de observação política não equiparável ao cinismo do florentino Maquiavel, em que confere e atribui o sistema político americano como pioneiro na prática da democracia, testemunhando ali o que chamou de “democracia em ação” já na primeira metade do século XIX.

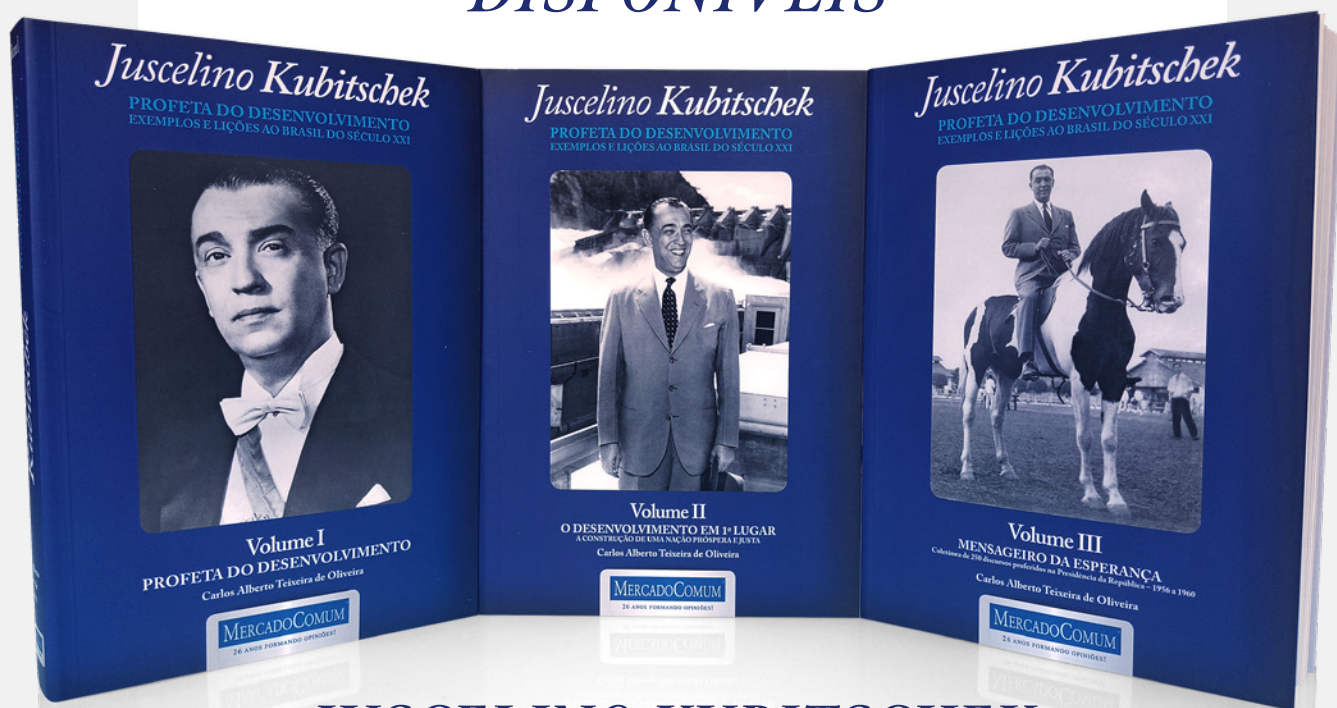
Tocqueville atribuía o progresso americano em todos os setores como fruto da excelência das leis e da seriedade dos costumes, como nos relata o insuspeito historiador André Maurois em seu magnífico volume *A História dos Estados Unidos*, em cuja narrativa também assinala que a Constituição Americana, berço da democracia

na América, foi gerada no segredo, livre de pressões externas, pela vontade livre dos fundadores, documento que assinala seu acerto quando se contam 27 emendas ao texto original em 237 anos de vigência, ao passo que a brasileira, em pouco mais de 40 anos, acumula um ritmo de 135 emendas até março de 2024. Havendo nossa Lei Maior adotado o método analítico, a abundância dos remendos é responsável por uma exegese difícil, permitindo interpretações que obriguem seus aplicadores a disquisições extraordinárias. A elaboração do documento americano, que disciplinou a organização política, exigiu reserva de seus autores até sua promulgação, como também descreve Maurois.

Conta ele que o notável Benjamin Franklin, já octogenário, um dos autores do texto, era acompanhado no trajeto de ida e volta para sua casa por três integrantes daquele respeitável colégio, receosos eles de que o grande americano não mantivesse o texto em segredo, conforme se obrigara. É fato que a elaboração de nossa Constituição transcorreu em clima de completa liberdade, quase uma algazarra, estimulado o povo para apresentação de memoriais, sugestões e reivindicações que pudessem ocasionar, pensava o honrado e ilustre Ulisses, que os milhares de colaborações de categorias e uma larga participação popular os conduzissem a um resultado que esgotaria festivamente os anos de chumbo que acabávamos de viver.

Foram muitas as concessões, e o presidente de então, pelos direitos individuais e coletivos que nossa Constituição reunira, declarou, enfático, que o “país ficara ingovernável”...

ÚLTIMOS EXEMPLARES DISPONÍVEIS



JUSCELINO KUBITSCHKEK

Profeta do Desenvolvimento: 3 volumes e 2.336 páginas

Juscelino Kubitschek nasceu em Diamantina, em 12 de setembro de 1902. Da pequena cidade mineira saiu para se tornar deputado federal (1934-1937), prefeito de Belo Horizonte (1940-1945), governador de Minas Gerais (1950-1954) e presidente da República (1956-1961), com o slogan “Cinquenta Anos de Progresso em Cinco Anos de Governo”.

Toda esta expressiva trajetória, que marcou o desenvolvimento econômico e social do Brasil, encontra-se relatada nas páginas de “Juscelino Kubitschek – Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”, obra composta por três volumes lançada pelo economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, Presidente/Editor Geral de MercadoComum –

Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios e Presidente da ASSEMG – Associação dos Economistas de Minas Gerais e cujos últimos e poucos exemplares ainda estão disponíveis.

A obra está à venda e pode ser entregue em todo o país. Os valores são R\$ 300,00 para entregas em Belo Horizonte e interior de Minas Gerais; e R\$ 350,00, para outras capitais e municípios já considerando-se o frete incluso.

Há desconto de 10% para compras de mais de um conjunto. A aquisição pode ser feita diretamente na sede de MercadoComum em Belo Horizonte (Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar – Bairro São Pedro), pelo telefone (31) 3281-6474 ou através de newsletter@mercadocomum.com

Os pagamentos devem ser feitos diretamente à conta:

MinasPart Comunicação Ltda.

PIX 70.954.383/0001-1270.954.383/0001-12

O comprovante de pagamento deve ser enviado para newsletter@mercadocomum.com juntamente como os seus dados para o encaminhamento dos livros via postal.

A coletânea de livros – 3 volumes – 2.336 páginas, intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”, de autoria de Carlos Alberto Teixeira de Oliveira foi publicada em 2019 por MercadoComum – Comunicação e Publicações, Ltda.

MATERIAL INÉDITO

Para a realização desta edição foram várias as colaborações recebidas ao longo de vários anos e, diversas delas, incorporadas, enriquecendo o resultado final. “Cada colaboração fluiu como num passe de mágica, trazendo sempre novos e fascinantes detalhes e informações, sobre a trajetória de JK, seu caráter de homem público, sua obsessão pelo Brasil e, principalmente, sua obra que marcou época na História do País e o alçou à condição de maior Presidente do Brasil em todos os tempos”, destaca o autor.

Neste novo estudo sobre o Presidente JK foram incorporados cerca de 400 discursos proferidos por ele, quase todos quando no exercício da Presidência da República – e, dos quais, 250 deles publicados na sua íntegra. “Muitos, ainda desconhecidos, podem ser considerados verdadeiras obras-primas sobre a política e a economia nacional. Desses discursos, também foram selecionados vários textos e frases, também publicados nesta edição”, completa Teixeira de Oliveira.

De acordo com o autor, quando se fala, comenta ou analisa o desenvolvimento, esta relevante expressão não poderá ser considerada, nem compreendida e muito menos imaginada, desconectada e separada de outras duas: o econômico e o social. Deve ser, ainda, interpretada em sua acepção mais ampla, nas abrangências e nas contextualizações da cultura, da política e do direito.

Pontos de vista heterogêneos e opiniões diversificadas, além de um grande número de fatos e episódios até então desconhecidos, transformam esta obra em uma das mais completas e fascinantes publicações já levadas a efeito no País sobre a vida política e a obra do ex-Presidente JK.

Um verdadeiro compêndio sobre as realizações e a trajetória política de Juscelino Kubitschek, o Presidente da República que, pela sua obstinação, pela sua extraordinária capacidade de planejar e executar, conseguiu fazer o País crescer 50 anos em cinco. “Mais do que uma obra biográfica, este livro buscou resgatar o debate sobre o Desenvolvimento Nacional para que o Brasil possa se reconciliar com o crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo e sustentável”, finaliza o autor.

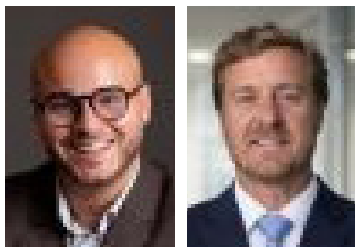
A COLETÂNEA DE 3 LIVROS SOBRE JK

Os livros foram editados por MercadoComum – Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios que circula há 33 anos, sendo desenvolvida e escrita pelo economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, e têm apresentação dos renomados economistas Paulo Rabello de Castro e Luis Paulo Rosenberg.

Juscelino Kubitschek – Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI retrata, de forma inédita, um dos personagens mais importantes da política nacional brasileira, em uma obra que resgata de forma definitiva a trajetória histórica daquele que foi considerado um dos mais notórios nomes que presidiram o país.

São três volumes, que somam 2.336 páginas: Profeta do Desenvolvimento (Volume I); O Desenvolvimento em 1º Lugar – A Construção de uma Nação Próspera e Justa (Volume II); e Mensageiro da Esperança – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI (Volume III). Sobre este trabalho, o autor e idealizador da publicação afirma: “Não se trata de uma obra biográfica, nem de um documento de natureza acadêmica, porque é muito mais do que simples relato e análise de sua vida”, explicou o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira.





Paraguai, México e Colômbia: como esses países atraem empresas brasileiras?

Cássio Menezes e Guilherme Kleinert

Cássio Menezes é Sales Manager na H&CO Brasil

Guilherme Kleinert é Global Expansion Advisor na H&CO

Paraíso das compras. Durante anos, esse foi o principal motivo da ida de brasileiros ao Paraguai. Mas essa realidade mudou. Hoje, vemos cada vez mais empresários cruzando a Ponte da Amizade incentivados pela busca por um ambiente de negócios que oferece benefícios fiscais e custos operacionais reduzidos. Não à toa, dados internos indicam que mais de 200 empresas nacionais já estão em atividade no país vizinho.

Embora a capital paraguaia esteja nos holofotes, a Colômbia também tem gerado forte atratividade. De acordo com a revista britânica *The Economist*, a economia colombiana registrou, em 2025, o melhor desempenho da América Latina e o quarto melhor do mundo.

Por falar em vizinhança, não podemos deixar de lado o México. Desde 2023, o país vive um forte boom industrial impulsionado pelo nearshoring (a realocização de cadeias produtivas para mercados próximos ao consumidor final). A nação segue atraindo investimentos estrangeiros em automação, setor automotivo e tecnologia. No quarto trimestre de 2025, segundo o Instituto Nacional de Estatística e Geografia (Inegi), o PIB cresceu 0,8%, revertendo a contração de 0,3% registrada no terceiro trimestre do ano passado.

Certamente, esse breve histórico ajuda a demonstrar o que torna essas nações atrativas para o mercado brasileiro: vantagens tributárias, custos laborais competitivos e leis trabalhistas menos burocráticas. Contudo, por mais que o processo de internacionalização pareça simples, cada mercado possui particularidades que precisam ser respeitadas. Entre os principais passos para o sucesso, destacam-se:

#1 Estudo de mercado: Antes de re-



alizar a mudança, é fundamental analisar a viabilidade da expansão. Apesar de sermos latino-americanos, existem barreiras que vão desde a língua até diferenças culturais que precisam ser ponderadas na escolha do destino.

#2 Avaliação da cultura local: Complementando o tópico anterior, a expansão internacional não é uma mera replicação. Por mais que existam semelhanças por pertencermos ao mesmo continente, cada mercado possui processos específicos e legislações próprias que exigem conformidade total (compliance).

#3 Gestão de questões legais e burocráticas: Após o reconhecimento do mercado, a organização precisa estruturar a operação — desde a abertura do CNPJ até a viabilização de contas bancárias. Na prática, são tarefas que envolvem assinaturas, traduções juramentadas e validações que exigem rigor técnico.

#4 Estabelecimento de operações rotineiras: Com a empresa constituída, é necessário recrutar mão de obra, gerenciar a contabilidade, exercer a gestão fiscal e instituir a tesouraria local. A falta

desse gerenciamento pode resultar em multas e prejuízos que comprometem o desenvolvimento da operação.

#5 Escolha do parceiro ideal: São diversas etapas e, nesse sentido, contar com uma consultoria que ofereça serviços integrados em todas as fases da internacionalização é uma estratégia inteligente para reduzir custos e mitigar riscos.

Essa jornada não precisa ser um “bicho de sete cabeças”, mas o apoio de especialistas é crucial para uma caminhada assertiva. O movimento de empresas brasileiras expandindo para países vizinhos deve se tornar ainda mais recorrente, pois as vantagens vão desde a diversificação cambial até o acesso a novos mercados, garantindo sustentação em caso de adversidades econômicas no Brasil.

O crescimento da Colômbia e do México, somado à migração para o Paraguai, elucida que as companhias brasileiras não precisam ir longe para se internacionalizar. A América Latina oferece um mar de oportunidades, mas, para aproveitá-las, é preciso saber remar a favor da maré.

A moeda chinesa como reserva global

Fernanda Brandão

Coordenadora do curso de Relações Internacionais da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio

O sistema financeiro internacional hoje é liderado pelo dólar americano, como resultado da dominância econômica do país e seu sistema financeiro, contribuindo para a manutenção dessa preponderância econômica dos Estados Unidos no cenário global.

Moedas internacionalizadas são aquelas altamente demandadas por atores domésticos e externos, público e privados, para exercer funções como reserva de valor, unidade de conta e meio de transação. Hoje, a maior parte das reservas internacionais dos países são mantidas em dólar, que é a moeda utilizada na precificação dos bens no comércio internacional e a principal referência em transações internacionais.

Ser o país emissor da principal moeda da economia internacional traz vantagens como autonomia monetária e direitos de senhoriagem, uma renda resultante da diferença entre o valor de produção da moeda e seu valor de mercado. Em contrapartida, os demais países se tornam menos autônomos em termos de política monetária e atuam de forma responsiva ao que é decidido pelo Federal Reserve, o Banco Central americano.

A crise financeira ocorrida entre 2008 e 2009 mostrou os dilemas e vulnerabilidades que essa dependência em relação ao dólar cria para os países, sobretudo para aqueles em desenvolvimento. Com origem no mercado financeiro americano, o episódio contaminou rapidamente os países cujas instituições tinham grandes investimentos nos títulos que causaram a crise.

Os países em desenvolvimento, contudo, não foram imediatamente afetados pelo episódio de instabilidade financeira graças à pouca exposição de seus mercados a esses ativos. A crise chegou nesses locais através do dólar, consequência das políticas monetárias adotadas pelo governo americano para contê-la. A dependência em relação à moeda americana tornou esses países vulneráveis aos seus efeitos.



Desde então, o governo chinês passou a atuar de forma mais proativa, revelando a intenção de promover a internacionalização da sua moeda nacional, o Renminbi. Seu principal objetivo, até então, era reduzir a dependência do dólar como forma de proteger a continuidade do desenvolvimento econômico chinês, que é uma das principais preocupações de Pequim e fator determinante da estabilidade social no país. Medidas como acordos de swap cambial, aumento do comércio feito utilizando moedas nacionais ao invés do dólar, emissão de títulos em Renminbi, estão entre as políticas adotadas.

Além disso, a China desenvolveu seu próprio mecanismo para processamento de transações financeiras, o CIPS, que concorre com o SWIFT, método dominante na economia global, mas, que, apesar de ser uma empresa privada, já foi utilizado como forma de impor sanções econômicas, seguindo determinação dos Estados Unidos. Rússia e Irã já foram suspensos do SWIFT como parte das sanções econômicas impostas.

Um artigo recente publicado pelo presidente chinês Xi Jinping apontou para o desejo do governo em tornar o Renminbi uma moeda de reserva global. A decla-

ração chamou atenção pela mudança do tom de Pequim quanto às ambições em relação à internacionalização da sua moeda nacional. Até então, o discurso sempre apontou para uma maior diversificação de moedas utilizadas no cenário internacional, sem buscar para si o papel que o dólar exerce nesse contexto.

O dólar é a principal moeda de reserva global, e buscar fortalecer o papel do Renminbi nessa função foi entendido como uma sinalização da disposição chinesa de competir pelo lugar de dominância global para sua moeda. Para realizar esse feito, o país precisa de uma moeda forte, internacionalmente confiável e demandada pelos agentes econômicos, mas a economia do país ainda possui muitas limitações que impedem a expansão do uso internacional da sua moeda, como o forte controle de capitais e a manutenção do câmbio desvalorizado para favorecimento de exportações. As mudanças necessárias envolvem uma maior abertura do mercado de capitais chinês, algo postergado pelo governo pelo potencial de desestabilização da sua economia e da continuidade do seu desenvolvimento econômico.

Contudo, essa mudança na ambição chinesa e sua divulgação pública acontece em um momento em que os Estados Unidos têm sido vistos como um parceiro econômico não confiável diante da política comercial do governo Trump e da desvalorização do dólar.

Nesse cenário, a China tem buscado fortalecer sua confiança, comprometida com as negociações multilaterais e com a liberalização do comércio internacional. Em 2025, o gigante asiático zerou, unilateralmente, as tarifas de importação sobre produtos de países menos desenvolvidos.

A sinalização de Pequim sobre a ambição de fazer do Renminbi uma moeda de reserva mostra mais uma nuance da competição pela preponderância global entre China e Estados Unidos.



Reeleição, questão que o Brasil precisa rediscutir

Samuel Hanan

Engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças, empresário, e foi vice-governador do Amazonas (1999-2002). Autor dos livros "Brasil, um país à deriva" e "Caminhos para um país sem rumo"

A possibilidade de reeleição para cargos do Poder Executivo (presidente da República, governadores e prefeitos) faz bem ou mal para o país? Volta e meia essa pergunta vem à baila por aqueles que gostam de discutir política sem paixões partidárias, visando apenas ao bem do Brasil. Passados quase 30 anos de sua instituição – durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso – o assunto merece mesmo reflexão.

A reeleição, em si, não constitui entrave para boa governança, tanto que é permitida em vários países ocidentais, inclusive nos Estados Unidos, a maior potência mundial. O problema brasileiro quanto a esse instituto, diferentemente de muitas outras nações onde é adotado, são ingredientes próprios que tornaram a reeleição uma doença a ser urgentemente extirpada.

Um deles é o grande número de partidos políticos (29). Some-se a isso a deturpação do conceito de governo de coalisão, aqui transfigurado em governo de colisão ou de cooptação mediante a prática do toma-lá-dá-cá, expediente espúrio de conquista de apoio. E ainda temos a questão da corrupção endêmica, facilitada e até estimulada pela impunidade.

São essas singularidades as responsáveis por minar a reeleição, prejudicando fortemente a governança, provocando desperdícios bilionários de recursos financeiros e possibilitando a nomeação de pessoas não qualificadas e sem experiência para cargos públicos da maior importância.

Analisemos os números. Nos últimos 15 anos, o Brasil teve redução de 1,36% no Produto Interno Bruto (PIB). Em 2010, o PIB foi de US\$ 2,21 trilhões



e, em 2024, fechou em US\$ 2,18 trilhões. Para efeito comparativo, nesse mesmo período o mundo experimentou crescimento econômico da ordem de 65,10% comprovando que o Brasil ficou para trás. O PIB mundial foi de US\$ 109,97 trilhões, ante US\$ 66,61 trilhões em 2010. Há que se considerar ainda que nesses 15 anos o Brasil registrou aumento de 44% na carga tributária e que a arrecadação vem batendo recordes anuais. Apesar disso, o país devolve ao contribuinte péssimos serviços públicos e apresenta indicadores sociais vergonhosos, inaceitáveis para um país que ostenta a 10ª posição de maior economia mundial.

O Brasil precisa urgentemente tratar das origens de seus problemas, sem o que não haverá soluções definitivas. Os maiores problemas nacionais não são econômicos nem financeiros, ao contrário do que se costuma apregoar. Os entraves mais significativos são éticos e políticos. Isso é o que é preciso ser discutido e resolvido. O Brasil já não suporta tantas mentiras, narrativas diversionistas, polarização, privilégios para os donos do poder (verdadeiros donatários do século 21), corrupção e impunidade.

Em se tratando de um país tão grande e de tamanha expressão econômica, é impossível ser governado eficientemente sem um

plano bem definido de metas econômicas, sociais, educacionais e ambientais.

Entretanto, é o que acontece. O resultado é visível. Indicadores sociais tão vergonhosos não podem mais ser ignorados pela classe política, independentemente da ideologia ou de filiação partidária. Estamos ainda muito longe de sermos uma nação socialmente justa, considerando-se que 35,6% da população vive com renda bruta mensal inferior a um salário-mínimo (R\$ 1.518,00/mês). Outros 31,6% dos brasileiros têm renda bruta mensal de até 2 salários-mínimos. Com pouco mais do que isso, 2,31 salários-mínimos (R\$ 3.500,00) vivem 22,8% da população. Ou seja, 90% da população brasileira tem renda mensal inferior a R\$ 3.500,00/mês (2,31 salários-mínimos) o correspondente a US\$ 630/mês. O salário-mínimo brasileiro é o terceiro mais baixo da América do Sul, superando apenas Venezuela e Suriname.

Os péssimos resultados brasileiros no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no coeficiente Gini (que mede a desigualdade na distribuição de renda), no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), no Índice de Retorno de Bem Estar à Sociedade (IRBES), no índice de Percepção da Corrupção e, mais triste, no índice de Violência Urbana atestam a reprovação de todos os

governos nacionais dos últimos 25 anos, período no qual já vigorava a reeleição.

Nessas últimas duas décadas e meia a grande maioria da população brasileira empobreceu. Ao retirar a renda dos cidadãos, por meio da inflação elevada, da alteração da fórmula de cálculo do reajuste do salário-mínimo (no apagar das luzes em 27 de dezembro de 2024, subtraindo de quem pouco tem R\$12,80/mês neste ano de 2025 e R\$28,36/mês em 2026), e pela falta de correção anual da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, os governantes também suprimiram – ou ao menos limitaram – sua liberdade política e de expressão. Pois como escreveu o filósofo, economista e escritor norte-americano John Galbraith, “nada mais eficaz para limitar a liberdade, incluindo a liberdade de expressão, como a total falta de dinheiro”. Ele também alertava: “Liberdade política sem liberdade econômica é ilusão”.

Transformaram grande parte da população em dependentes das “muletas” do governo de plantão – bolsa família, vale gás, farmácia popular, BPC, Fies e outros programas sociais com benefícios sem data para acabar, hoje necessários, mas reflexos dos resultados dos maus governos e das políticas equivocadas dos governantes, muitos dos quais se autointitularam como salvadores da pátria. É o retrato do Brasil atual.

Essa situação apenas confirma o que escreveu o escritor, economista, investidor e político norte-americano Harry Browne: “O governo é bom em uma coisa. Ele sabe como quebrar as suas pernas apenas para depois lhe dar uma muleta e dizer: ‘veja, se não fosse pelo governo você não seria capaz de andar’”. No caso do Brasil, essas “muletas” consomem algo como 3,5% a 4% do PIB. Custam caro para o bolso do brasileiro, porém são ótimos cabos eleitorais. Ninguém conseguirá se eleger se cogitar mudanças nesses programas.

A nação possui recursos para custear os necessários programas sociais, zerar o enorme déficit público primário, e investir prioritariamente em infraestrutura para aumento de valor adicionado na produção dos setores econômicos de retorno de baixo risco. Os setores de agrobusiness,

mineral, óleo e gás, somados respondem por mais de 45% do PIB nacional, 70% a 73% das exportações e por mais de 200% do saldo da balança comercial brasileira. Logo, a infraestrutura deve beneficiar prioritariamente tais setores, de modo a possibilitar a agregação de valores à produção e exportação em curto e médio prazos, gerando novas riquezas, mais empregos e melhores salários. É possível fomentar um círculo virtuoso na economia.

Recursos para isso existem. Um bom caminho está no artigo 4º da Emenda Constitucional nº 109, promulgada em 15/03/2021, que estabeleceu regras para a gestão fiscal e a contenção de despesas públicas e até hoje ignorada e não cumprida. Foi aprovada em razão da pandemia da Covid-19, porém continua válida e é uma fonte viável para gerar economia mínima correspondente a 3,5% do PIB, algo em torno de R\$ 410 bilhões por ano.

Mas não basta. O governo também precisa enfrentar o gigantismo do Estado. Por conta dessa anomalia administrativa, o país soma gastos primários da ordem de 19,5% do PIB, despesa que só aumenta (em 2002, último ano do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, correspondeu a 14,7% do PIB). Uma redução mínima dessa despesa, da ordem de apenas de 10%, seria suficiente para economizar 1,95% do PIB, ou seja R\$ 240 bilhões por ano.

Outra fonte importante de receita seria a redução da corrupção, mal antigo que, segundo estudo de instituições respeitadas, consomem de 2,5% a 3% do PIB. Uma redução para o patamar de 1% a 1,5% do PIB representaria R\$ 126 bilhões a mais por ano nos cofres públicos. E ainda haveria o efeito pedagógico porque o país foi contaminado com a falsa sensação de que o crime compensa. Nesse aspecto, seria fundamental a mudança legislativa para tornar imprescritíveis os crimes praticados contra a administração pública.

Em resumo, apenas com essas três medidas o Brasil economizaria R\$ 776 bilhões/ano. Não é pouca coisa: corresponde a 6,16% do PIB 2025. Se colocadas em prática essas providências, serão criadas condições para o equilí-

brio fiscal, cumprindo-se as metas orçamentárias e tornando possível a redução da taxa de juros Selic – atualmente em 15% a.a. – para algo perto de 12% em um ano. Isso teria impacto positivo com redução expressiva nas despesas do governo, em razão da queda dos juros sobre a dívida, e no prazo de um a dois anos essa despesa cairia cerca de R\$ 290 bilhões ao ano.

Esses números demonstram que é possível dar um novo rumo à nação se elegermos um candidato a presidente que pare de estimular a divisão do país, desprezando e dispensando as mentiras e narrativas, e seja totalmente comprometido com um Plano de Metas e empenhado em não gerar déficit primário, garantir o cumprimento de todos os programas sociais para redução das desigualdades e injustiças sociais (mantendo todas as “muletas” atuais), sem aumento nem criação de novos tributos e que faça importantes e necessários investimentos em infraestrutura para redução do Custo Brasil.

Há, sem dúvida, alternativas factíveis para uma nação que precisa ser governada com maior responsabilidade fiscal, mais transparência e administração realista. Para isso será imprescindível o compromisso da grande imprensa em desmitificar mentiras, destruir narrativas e apontar as promessas inexecutáveis dos candidatos à Presidência da República.

Também será fundamental que o país discuta com seriedade o fim do instituto da reeleição, talvez com a ampliação do mandato em mais um ano. O modelo atual já deu mostras de que não funciona porque o eleito, logo no primeiro dia de governo, já começa a pensar (e a atuar) para garantir um novo mandato. Tornou-se comum – e incrivelmente não questionado – que o candidato na campanha se manifeste contra a reeleição e mude rapidamente de opinião depois de eleito. Espanta também as consequências deste modelo, 5 presidentes eleitos pelo voto popular desde a redemocratização, e já vimos dois impeachments e três prisões de presidentes (só 1 não sofreu constrangimentos).

Não é o que Brasil precisa. Não é o que país merece.

A corrida eleitoral está começando a ficar pra valer...



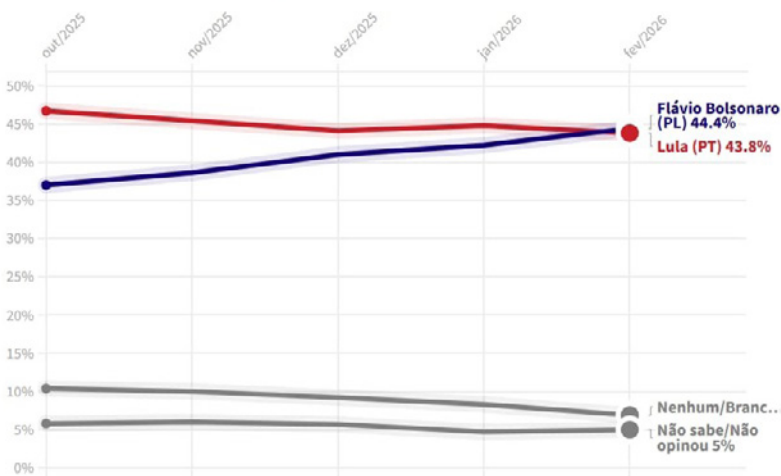
Pela primeira vez na série do instituto Paraná Pesquisas, Flávio Bolsonaro aparece numericamente à frente de Lula em um cenário de 2º turno. A leve ultrapassagem no 2º turno também aconteceu na pesquisa Atlas/Intel realizada na última semana de fevereiro.

No primeiro turno, Lula ainda lidera com 39,6% contra 35,3% de Flávio — empate técnico no limite da margem de erro. Contudo, no 2º turno, Flávio soma 44,4% contra 43,8% do presidente.

O dado que chama ainda mais atenção é o rápido crescimento do senador. Em dezembro, a distância de Flávio para Lula era de 12 pontos. Agora, o cenário demonstra um equilíbrio entre ambos os candidatos.

Segundo analistas, o crescimento de Flávio veio de eleitores da direita que deixaram de cogitar nomes considerados como a “3ª via” para apoiar o filho de Bolsonaro, por enxergarem nele a figura mais forte para derrotar Lula.

Situação Eleitoral - Presidente (segundo turno)
Lula x Flávio Bolsonaro (evolução)



(Imagem: CNN Brasil)

Nos últimos dias, Flávio tem se esforçado para passar uma imagem menos radical que a do seu pai. Em uma postagem, ele até chegou a dizer que precisa da ajuda de “todes, todys e todXs” para vencer a eleição.

Já do lado do Planalto, as últimas semanas têm sido de desgaste para Lula. O polêmico desfile de Carnaval

em que foi homenageado e o suposto envolvimento de seu filho em fraudes do INSS têm preocupado o presidente da República.

Curiosidade que faz Lula ficar mais tranquilo: Nunca na história das eleições brasileiras um presidente foi eleito após não ter liderado a corrida eleitoral no 1º turno.

Fonte: The News

Volkswagen anuncia nova vice-presidente de Recursos Humanos Volkswagen do Brasil e Região América do Sul

A Volkswagen anuncia mudanças na área de Recursos Humanos, marcando um novo capítulo na gestão de pessoas da companhia no Brasil e Região SAM (América do Sul). A partir de março de 2026, Angie Stelzer, atual diretora de Recursos Humanos do Grupo Volkswagen Argentina, passa a ocupar a posição de vice presidente de Recursos Humanos da Volkswagen do Brasil e Região SAM, reportando se diretamente a Ciro Possobom, Presidente e CEO da Volkswagen do Brasil, e a Alexander Seitz, Chairman Executivo da Volkswagen Região SAM.

Com sólida formação acadêmica e experiência regional, Angie Stelzer iniciou sua trajetória no Grupo Volkswagen em 1999 e ocupou posições estratégicas nas áreas Jurídica, Corporativa e de Relações Governamentais. Em 2015, tornou-se diretora de Assuntos Corporativos, Jurídicos e Públicos da Volkswagen Argentina, incluindo a área de Imprensa & Relações Públicas e Comunicações Internas. Em 2023, passou a assumir também a liderança de Recursos Humanos.

“Recebo esta nova oportunidade com muita honra e responsabilidade. Sou profundamente grata pela confiança depositada em meu trabalho ao longo desses anos no Grupo Volkswagen Argentina. Levo comigo todo o aprendizado construído e estou preparada para contribuir ainda mais com a Volkswagen do Brasil e Região América do Sul. Seguiremos construindo um ambiente em que as nossas pessoas continuem sendo o centro das decisões e das transformações dentro da empresa”, afirma Angie Stelzer, vice presidente de Recursos Humanos da Volkswagen do



Brasil e Região SAM.

Após quatro anos e meio de contribuições relevantes, impulsionando transformações nas pautas de pessoas, cultura, diversidade e inclusão, Douglas Pereira deixa a posição de vice presidente de Recursos Humanos da Volkswagen do Brasil e Região SAM (América do Sul). Agora, Douglas assumirá uma nova posição dentro do Grupo Volkswagen, como Chefe de Pessoas, Cultura e Organização da marca Lamborghini, com sede na Itália.

“Encerrar este ciclo à frente do RH da Volkswagen do Brasil e da Região América do Sul é motivo de gran-

de orgulho. Juntos, fortalecemos uma cultura verdadeiramente centrada em pessoas, modernizamos nossas práticas de gestão, ampliamos o desenvolvimento de talentos e contribuimos diretamente para a competitividade da Volkswagen em toda a região. Os resultados que alcançamos são fruto de um RH fortalecido e integrado ao negócio, e do engajamento genuíno de cada colaborador. Sou profundamente grato a toda a liderança e ao time de RH da Volkswagen do Brasil e Região SAM. Agora sigo para um novo desafio no Grupo Volkswagen convicto de que a VW continuará em um caminho de ainda mais sucesso no Brasil e América do Sul”, afirma Douglas Pereira.

Internet cai durante temporais? Como manter conectividade em crises

Em 2025, 40% dos desligamentos na rede de transmissão tiveram relação com eventos climáticos; especialista aponta caminhos para garantir conectividade mesmo em situações críticas



Ao longo de 2025, cerca de 40% dos desligamentos registrados na rede básica de transmissão estiveram associados a condições meteorológicas adversas, como chuvas intensas, ventos fortes e ondas de calor, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Para especialistas em infraestrutura digital, no entanto, os eventos climáticos atuam mais como fatores de estresse do que como a causa principal das quedas de conectividade observadas durante desastres ambientais.

De acordo com Carlos Duran, gerente de TI da Unentel, redes de telecomunicações estruturadas com foco em resiliência conseguem manter a operação mesmo em cenários extremos. “O clima acelera falhas que já existiam. Na prática, as interrupções estão ligadas à ausência de rotas al-

ternativas, à exposição física de cabos e equipamentos e à falta de monitoramento contínuo da rede”, afirma.

Levantamentos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) indicam que interrupções em serviços de telecomunicações costumam ocorrer quando não há redundância de conexão, proteção adequada da infraestrutura ou visibilidade em tempo real da operação. A fragilidade ficou evidente durante as enchentes no Rio Grande do Sul, em 2024, quando a agência reforçou a importância da adoção de redes redundantes para garantir a continuidade dos serviços.

Outro ponto é a interdependência entre telecomunicações e fornecimento de energia elétrica. Sem um planejamento integrado entre essas

infraestruturas, falhas no sistema elétrico impactam diretamente a conectividade, ampliando o alcance e a duração das interrupções em momentos de crise.

Segundo Carlos, reduzir esses impactos exige uma abordagem estruturada, baseada em três pilares: redundância de rede, proteção física da infraestrutura e monitoramento inteligente. “Rotas alternativas permitem a redistribuição automática do tráfego em caso de falhas. Já a proteção física adequada reduz danos diretos causados por intempéries, enquanto plataformas de monitoramento possibilitam identificar riscos e degradações antes que a operação seja comprometida”, explica.

A indisponibilidade de redes durante desastres ambientais vai além do prejuízo financeiro e pode comprometer serviços essenciais, como comunicação de emergência, operações empresariais e atendimento ao público. Por isso, empresas de diferentes setores têm incorporado a resiliência digital como parte estratégica de seus planos de continuidade operacional.

“Quando a rede pára, o impacto é imediato: equipes ficam sem comunicação, sistemas saem do ar e serviços essenciais são afetados. Estruturar a infraestrutura para suportar esse tipo de situação custa menos e é muito mais previsível do que reagir a longos períodos de indisponibilidade em momentos críticos”, conclui o especialista.

E o bolo de aniversário do dia 29 de fevereiro?

Em média cerca de 6,6 mil brasileiros nascem no dia 29 de fevereiro, data que se repete somente há cada quatro anos

A cada quatro anos cerca de 6,6 mil brasileiros nascidos no dia 29 de fevereiro enfrentam um dilema: como comemorar seu aniversário se a data de seu nascimento ocorre somente de quatro em quatro anos? O ano de 2026 não é bissexto, o que faz com que muita gente fique em dúvida sobre como são registradas as crianças nascidas nesta data tão especial.

Responsáveis por realizar o registro de nascimento de todos os brasileiros, os Cartórios de Registro Civil devem retratar fielmente a realidade dos fatos, isto é, se uma criança nasceu no dia 29 de fevereiro, o seu registro de nascimento deverá ser feito com esta data. A certificação da data vem descrita no documento que serve de base para o registro em Cartório: a Declaração de Nascido Vivo (DNV), emitida pelo hospital e assinada pelo médico no momento do nascimento.

“O registrador civil deve respeitar integralmente a data que consta na Declaração de Nascido Vivo. Se o nascimento ocorreu em 29 de fevereiro, é essa a data que será lançada na certidão, sem qualquer adaptação”, explica o presidente da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), Devanir Garcia. “A celebração do aniversário nos anos em que não há 29 de fevereiro é uma escolha pessoal da família ou do próprio aniversariante, mas o registro civil sempre refletirá a data real do nascimento”, completa.

Em 2024, último ano bissexto no Brasil, foram registrados 6.483 nascimentos em todo o território nacional, número pouco superior aos 6.318 nascidos em 2020. Em 2016

foram totalizados 7.100 nascimentos, o recorde nacional de registros nesta data para o período. Os dados são da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC Nacional), administrada pela Arpen-Brasil e que conta com os registros de todos os nascimentos em território nacional.

REGISTRO DE NASCIMENTO

Conforme a legislação federal (Lei nº 12.662), de 2012, a DNV deve conter nome e prenome do indivíduo, sexo, data, horário e município de nascimento, além dos dados da mãe. Além deste documento, os pais devem apresentar os documentos pessoais (RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento).

Nos casos em que os pais da criança são casados, não há necessidade de comparecimento de ambos ao cartório, bastando a apresentação da certidão de casamento para que o registro seja feito em nome dos dois. Quando os pais não são casados, é necessário o comparecimento dos dois para que o registro seja efetuado.

Todo nascimento deve ser registrado no prazo de 15 dias, podendo ser ampliado em até três meses, no caso de localidades distantes mais de 30 quilô-

metros da sede do cartório. O registro civil de nascimento deve ser feito na localidade onde a pessoa nasceu ou na de residência dos genitores (pai, mãe) ou responsável legal. Fora do prazo legal, é feito no cartório da circunscrição da residência do interessado.

ANO BISSEXTO

O ano bissexto foi criado pelos romanos na época do imperador Júlio César para adequar o calendário ao tempo que o planeta Terra leva para dar uma volta completa em torno do Sol. Como uma translação (volta ao redor do Sol) é feita em 365 dias, cinco horas, 48 minutos e 36 segundos, esse tempo que “sobra” é arredondado para seis horas e, após quatro anos, somam-se 24 horas — ou seja, um dia a mais no ano (29 de fevereiro). Essa é a 504ª ocorrência do ano bissexto na Era Comum.

Fundada em setembro de 1993, a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) representa a classe dos Oficiais de Registro Civil de todo o País, que atendem a população em todos os estados brasileiros, realizando os principais atos da vida civil de uma pessoa: o registro de nascimento, o casamento e o óbito.



Uso de plano de saúde recua por pressão financeira

Levantamento revela impacto direto dos reajustes no comportamento dos usuários



Segundo dados divulgados pelo jornal Valor Econômico, quase 60% dos brasileiros já deixaram de utilizar o plano de saúde por causa do custo. A informação integra o Relatório Global sobre Saúde Corporativa 2026, elaborado pela Howden, corretora internacional especializada em seguros de alta complexidade.

O estudo ouviu 442 empregadores em diferentes países, sendo 27 no Brasil, além de 1.460 funcionários. De acordo com o levantamento, 54,2% dos entrevistados no mundo e 59,2% no Brasil afirmaram que custos como coparticipação já os impediram de buscar atendimento médico quando necessário.

O resultado expõe um problema estrutural da saúde suplementar no país. Dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) indicam que os reajustes acumulados dos

planos individuais e familiares superaram a inflação em diversos ciclos recentes. Em 2023, por exemplo, o índice máximo autorizado para planos individuais foi de 9,63%. Em 2022, chegou a 15,5%, o maior percentual da série histórica iniciada em 2000. A elevação de custos assistenciais, associada ao envelhecimento da população e à incorporação de novas tecnologias, pressiona as mensalidades e amplia a adoção de modelos com coparticipação.

“Acredito que esse fenômeno tem efeitos que ultrapassam o orçamento das famílias. É uma situação preocupante. A saúde suplementar exerce papel relevante no desafogamento do Sistema Único de Saúde. Quando o beneficiário deixa de utilizar o plano por causa do custo, ele tende a recorrer ao SUS, o que aumenta a pressão sobre um sistema que já opera próximo do limite”, afirma o advogado

Thayan Fernando Ferreira, especialista em direito de saúde e direito público, membro da Comissão de Direito Médico da OAB-MG e diretor do escritório Ferreira Cruz Advogados.

Além do custo direto, Thayan aponta outro fator que pode contribuir para a redução do uso. “Há também a percepção de dificuldade na autorização de determinados procedimentos e consultas. Quando o usuário enfrenta barreiras administrativas reiteradas, ele passa a questionar a relação custo-benefício do plano. Essa combinação de mensalidades elevadas e entraves operacionais fragiliza a confiança no sistema”, salienta.

A própria ANS registra crescimento dos planos com coparticipação nos contratos coletivos empresariais, modalidade predominante no mercado brasileiro. O modelo transfere parte do custo do atendimento ao beneficiário, sob o argumento de estimular o uso racional dos serviços. Na prática, a medida pode resultar em adiamento ou desistência de cuidados médicos.

“O efeito é circular. Primeiro o custo sobe, depois o uso diminui, então problemas se agravam e o sistema se torna ainda mais oneroso. É por isso que esse desequilíbrio exige resposta regulatória e revisão de modelos contratuais. A sustentabilidade da saúde suplementar, além de interesse econômico, tornou-se questão estratégica para o próprio funcionamento do sistema de saúde brasileiro”, finaliza o advogado.

Entendemos que cada cliente é único

Gestão de patrimônio significa **total personalização**, transparência e **confiança aos nossos clientes**.

Para nós, da Portogallo Family Office, o planejamento do seu futuro é o que mais importa para nós.

Acreditamos no seu potencial. E você, acredita?

Não administramos fortunas, administramos futuros.



PORTOGALLO

FAMILY OFFICE

*Não administramos fortunas.
Administramos futuros.*

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6830

www.portogallofamilyoffice.com.br





Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

E por falar de vinho brasileiro

Inimá Souza

inima.souza@gmail.com

A 35ª Feira Nacional da Uva, que acontece entre o último 19 de fevereiro e 8 de março, em Caxias do Sul, reunindo diversas entidades ligadas a vitivinicultura brasileira, inclusive vinícolas - ou seja, desde a produção primária, indústria e representação empresarial e cooperativismo -, foi ocasião para a abordagem e elaboração de pauta comum ao desenvolvimento de toda a vitivinicultura país afora.

Segundo o Consevitis-RS, daí resultou documento com demandas estratégicas, que foi entregue ao Vice-Presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmim, em reunião na cidade de Caxias do Sul, com a presença de representantes de todos aqueles entes.

Entra as demandas, a que trata da regulamentação do imposto seletivo no âmbito da Reforma Tributária, cujas alíquotas, conforme postula o setor, devam assegurar a competitividade dos vinhos e espumantes brasileiros, além de promover equilíbrio na aplicação do tributo conforme o teor alcoólico e, assim, evitando tributação excessiva do vinho brasileiro.

O documento não deixou de abordar o Acordo Comercial entre o Mercosul e a União Europeia, destacando o potencial impacto concorrencial ao nosso mercado interno e a existência de políticas de subsídios a produtores europeus. Reivindica, pois, instrumentos que garantam condições equilibradas de competição e, logo, de fortalecimento da indústria nacional.



lecimento da indústria nacional.

Tratou, também, do combate ao mercado ilegal de vinhos e espumantes, e reforçou a importância da intensificação da fiscalização e de ações coordenadas para combate ao contrabando e a falsificação, que geram prejuízos econômicos, afetam a arrecadação pública e representam riscos à saúde do consumidor.

Ademais, em relação ao crédito rural, reivindica a atualização dos limites de financiamento e dos critérios de enquadramento da agricultura familiar no Pronaf, no âmbito do Plano Safra 2026/2027. A proposta cuida da elevação dos tetos de créditos para industrialização e integralização das cotas-partes, além da elevação do limite de renda para enquadramento, visando fortalecer os produtores.

Entendo que, em maior ou menor grau, as reivindicações elencadas no

documento contemplam o universo da vitivinicultura brasileira, carente de ações e instrumental que levem-na a maior fortalecimento e, pois, ampliando os horizontes do vinho brasileiro. Louve-se o Consevitis-RS.

Certamente, isso inclui a eliminação de monstros tributários que incidem sobre vinhos e espumantes, tolhendo o seu desejável desenvolvimento, eis que afetam quem produz e quem consome. E quem não sabe dos efeitos dessa famigerada substituição tributária ou ST?

LANÇAMENTO

Será no aplaudido Restaurante Topo do Mundo, o lançamento de nossa apostila, Vinho – Apostila de Conhecimento Para Iniciantes e Iniciados. Acontecerá no dia 11 deste março, a partir das 19 horas.

Tim, tim.



Mercado Gastronômico

O gnocchi da sorte

Sérgio Augusto Carvalho

sergioamc@uol.com.br



Há muito tempo, uma colega de profissão me pediu a receita e perguntou qual o segredo do Gnocchi que eu fazia, pra ser tão elogiado pelo marido dela, também jornalista, num regabofe que ele foi na casa de um amigo em comum, durante a Quaresma.

Mesmo com muito tempo passado desde o tal evento, me lembrei que servi Bochecha de Porco nos preparativos e uma Perna de Cordeiro dos finalmentes, acompanhada por um..... Ghocchi.

Todos os itens da Janta foram preparados com receitas de origem Italiana – minha cozinha predileta depois da Mineira.

A bochecha do tira-gosto, Guancia em italiano, ainda era um prato pouco conhecido e encontrado no Brasil (muito menos em Minas). Quem me apresentou ao ingrediente nos anos 90 foi o saudoso chef e amigo Memmo Biadi, proprietário do Dona Derna, primeiro a inserir a bochecha num cardápio em BH.

Bom, mas larga pra lá que o assunto é Gnocchi.

O motivo que me fez preparar o tal jantar com Gnocchi na Quaresma, foi a história (ou lenda) que criou a tradição que rola há séculos na Itália de que servir Gnocchi no dia 29 do mês de março, em plena quaresma, traz sorte a quem faz e a quem come.

E não é qualquer dia do mês: tem de ser no dia 29 mesmo. O mês, diz a história, poderia ser em março, mas a

tradição criada com o interesse comercial, manda comer o Gnocchi da Sorte TODO dia 29 de TODO mês do ano.

Na Itália, chama-se Gnocchi della Fortuna.

O protagonista principal dessa lenda (ou História) são pelo menos três: São Bartolomeu, São Pantaleão e São Genaro. Cada um entra na versão contada em sua cidade, o que torna o fato uma lenda!

O enredo, na verdade, é um só: em algum lugar do Veneto, um andarilho maltrapilho e friorento bateu à porta de uma casa e pediu alguma coisa para comer, pois estava faminto. O homem que atendeu olhou para dentro de casa e viu que sua família estava começando a jantar. Caridoso, convidou o Andarilho para entrar e sentar-se à mesa com todos.

O que dona da casa estava servindo era um a Gnocchi. Era pouco e por isso foram servidos apenas 7 pedacinhos para cada pessoa.

(Naquela época, anos 300 depois de Cristo, a batata ainda não tinha imigrado da América, claro, e o Gnocchi era feito com farinha, semolina, ovos e sal - até hoje, o Gnocchi alla Romana é feito assim. Na verdade, são muitas as receitas de gnocchi na Itália, com abóbora, ricota, milho verde, Gn farinha de milho, e outras coisas mais.)

Com todos os sinais de satisfação, o andarilho agradeceu a caridosa refeição e seguiu seu caminho ruelas afora.

Ao desfazer a mesa, a dona da casa levou um susto quando deparou com várias moedas que o andarilho deixou debaixo do prato em que comeu o gnocchi. Apesar de correrem atrás, ninguém encontrou o homem, se onde surge a dúvida sobre “quem

era o andarilho?”.

Não se sabe o valor que ele deixou, mas que era uma quantia razoável era.

A família caridosa considerou sua atitude um ato de sorte, o que inspirou os italianos a declarar aquele dia, 29 de março (hoje é todo mês), o dia de comer o GNOCC DELLA FORTUNA.

Existe um pequeno ritual para que a sorte compense a expectativa criada: são colocados 7 rolinhos de gnocchi no prato que são comidos, em 7 vezes dando 7 mastigadas; debaixo de cada prato devem ser colocadas notas (dólar ou euro) para que elas se multipliquem... Em algumas regiões na Itália, o gnocchi deve ser comido estando em pé em frente à mesa.

Para nós, brasileiros, o gnocchi (nhoque, inhoque, nhoc..) é um prato de média apreciação e muito pouco encontrado nos cardápios, mesmo de restaurantes Italianos. Produzir em casa não é difícil e pode ser feito com os ingredientes que quiser, usando fubá, abóbora, espinafre, milho, peixe, castanhas - tudo depende do gosto e da Região.

O Dia do Gnocchi della Fortuna (o Nhoque da Sorte) quase decolou em quatro restaurantes de BH: no Restaurante Varandão (Othon Palace Hotel), Dona Derna (Memmo Biadi), Provincia di Salerno (Remo Peluzzo) e Buona Távola (Edmundo Lanna). Porém, a ideia não emplacou - e ele é servido como “Prato do Dia” em alguns restaurantes e raramente em menus permanentes. Pena, pois o gnocchi, em qualquer dia do mês, com qualquer molho ou acompanhamento, é uma das glórias da cozinha italiana.

Aqui vai, para minha coleguinha de profissão, com algum atraso, a re-

ceita do Gnocchi que faço e o marido dela gostou. Seja qual for o uso a ser dado, Boa Sorte!

GNOCCHI DE BATATA

(4 porções)

- 400g de batatas Bingen
- 200g de batata Baroa
- 220g de Farinha tipo 00 (Caputo)
- 3 gemas
- 2 col sopa de manteiga derretida
- Sal
- Tomilho, Alecrim, Sálvia, Basilico e Salsinha finamente trituradas

Assar as duas batatas com casca envoltas em papel alumínio por 50 min;

Deixar esfriar, descascar e passar pelo amassador. Numa Bowl, juntar as batatas com as ervas trituradas, a manteiga, pouco sal e as gemas. Misturar bem.

Acrescentar a farinha peneirada e incorporar bem até conseguir uma massa firme e que não fique agarrada na mão.

Fazer um rolo com até 5 cm de diâmetro e fatiar em porções de até 6 cm de comprimento para enrolar fazendo um cilindro comprido de 1,5 cm de espessura. Picar esse cilindro em pedacinhos do gnocchi no tamanho que você preferir (2 cm?).

Cozinhe em água pouco salgada, retirando 1min depois q o gnocchi emergir. O molho pode ser de tomate, queijo feta, gorgonzola, pesto ou sálvia com manteiga derretida.

(Servir com camarão, filé mignon, crustáceos ou aves - assadas ou grelhadas)

Boa Sorte!!!

Na gastronomia o lucro começa no controle

Falta de DRE, CMV elevado e ausência de especialização levam restaurantes ao prejuízo silencioso

Abrir um restaurante ou operar no delivery sem controle financeiro é um dos caminhos mais rápidos para o prejuízo, mesmo com a casa cheia ou alto volume de pedidos. A avaliação é de Edher Brandão, especialista em gestão de restaurantes da ConceptFood, que alerta para erros básicos cometidos diariamente no setor, como a ausência de cálculo de custo hora, CMV descontrolado e falta de leitura correta do DRE.

Segundo Brandão, muitos empresários sentem que “o dinheiro não sobra” sem entender exatamente onde estão perdendo margem. “Tudo isso traz um custo que, muitas vezes, o dono não está preparado para assumir, porque ele não calculou o custo hora e não sabe quanto realmente gasta para operar. O CMV acaba ficando alto, principalmente por erro de estoque e falta de controle”, explica.

De forma didática, o especialista resume o DRE como o retrato financeiro do restaurante. “É no DRE que está tudo o que acontece com o dinheiro do negócio, contas a pagar, mão de obra, férias, estoque, fornecedores, taxas de aplicativo e plataforma. Restaurante movimenta dinheiro todos os dias, por isso esse controle precisa ser diário, não semanal”, afirma.

Um exemplo prático acompanha essa realidade. Um cliente atendido por Brandão em Curitiba iniciou a consultoria antes mesmo da abertura do negócio. “Ele queria vender esfirra e pizza, mas o público pedia esfirra. Fizemos engenharia de cardápio, definimos o público e focamos na especialização. No primeiro mês vendeu



pouco, no segundo já saltou para mais de 40 pedidos diários. Hoje, um ano e meio depois, ele opera quatro lojas na cidade, com média entre 90 e 120 pedidos por dia”, relata.

Para o especialista, tentar fazer tudo ao mesmo tempo é um erro comum. “Se especializar é fundamental. Quando o empresário tenta abraçar tudo, ele se atropela. Restaurante é igual futebol, cada um tem sua posição. Quando o negócio foca no que faz melhor, a operação destrava”, pontua. Brandão também reforça que existem dois perfis principais de quem abre restaurante, o investidor e o apaixonado pela cozinha, e ambos precisam tratar o negócio com racionalidade.

“Amor não paga conta. Se a pessoa ama cozinhar, precisa entender que aquilo é um negócio. Se não sabe gerir, tem que buscar ajuda. Já o investidor precisa começar com alguém que traga visão financeira real desde o primeiro dia”, destaca.

Para quem quer voltar a lucrar ou abrir um restaurante hoje, o especialista é direto. “O primeiro passo é entender que delivery e salão são pilares diferentes. Quem começa agora deve olhar primeiro para o delivery, cuidando de três pontos, logística, embalagem e comida. A entrega bem feita gera satisfação, a embalagem vende conceito e a comida sustenta o retorno”, conclui.



Quedlinburgo – Um dos maiores museus a céu aberto da Alemanha

Paulo Queiroga

Com ajuda do Blog: malapronta.com.br



Visitamos esta cidade singular localizada na Saxônia. No centro histórico e ruas em paralelepípedo existem mais de 2.000 casas no estilo enxaimel, que estão lá há 800 anos.

O enxaimel ou Fachwerk, em alemão, é uma forma antiga de construção. A estrutura é feita com grandes peças em madeira na horizontal, na vertical e inclinadas, com encaixes precisos e sem uso de pregos. Os vãos entre as peças são preenchidos com pedra, barro ou tijolos. Os grandes telhados inclinados harmonizam uma estética de extrema beleza, que bem caracteriza a identidade arquitetônica alemã. Desde 1994, a cidade está

na lista de patrimônio Mundial da UNESCO como um dos maiores museus a céu aberto da Alemanha.

O PASSADO PRESERVADO

A vila recebeu o estatuto de cidade no ano 994. Os anais de Quedlimburgo registram sua importância política nos séculos XI e XII. Neste período, quando Quedlimburgo foi o Palatinado da Páscoa dos governantes da Francônia Oriental/Alemanha, foram contadas 69 estadias documentadas de um rei ou imperador.

No século XIII e XIV, foi criada a ponte de pedra (steinbrücke) unindo

a cidade nova à cidade velha, onde fica o subúrbio medieval de Gröpern.

A cidade teve grande crescimento urbano durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), quando foram construídas 2.159 casas no estilo enxaimel. Em 1698, tropas de Brandemburgo ocuparam a cidade, o que fez da Prússia uma força protetora.

Em 1802, foi dissolvido o Damenstift, um convento feminino, que desde o ano 936, mulheres nobres ou de classe alta viviam juntas em comunidade, sem necessariamente fazer votos monásticos rigorosos, mas seguindo regras comunitárias

existentes. Os edifícios do mosteiro no Schlossberg, então, tornaram-se propriedade do estado da Prússia.

No decorrer do século XVIII e especialmente do século XIX, o melhoramento genético de sementes resultaram em prosperidade e reconhecimento regional da cidade.

Na transição do século XIX para o século XX, Quedlinburgo passou por uma transformação urbana. Foi construído um cinturão de casas em estilo Art Nouveau em torno do centro medieval, mas, sem prejudicar a paisagem urbana antiga original.

SÉCULO XX

No início do século XX, surgiram empresas bem estruturadas de melhoramento de sementes, que deu um salto econômico na cidade, criando milhares de empregos. Em 1907, Rosa Luxemburgo discursou diante de 800 trabalhadores da produção de sementes de Quedlinburgo. Em 1911, em razão da prosperidade, Quedlinburgo, que era a sede do distrito de Quedlinburgo até então, tornou-se uma cidade independente.

Durante a Primeira Guerra Mundial, cerca de 17.000 prisioneiros foram forçados a trabalhar na agricultura, alojados em um campo de prisioneiros de guerra em Ritteranger, a nordeste da cidade. Esse campo foi estabelecido em setembro de 1914 e continuou a servir como abrigo de emergência para soldados czaristas após a guerra, até ser destruído por um incêndio em junho de 1922.

A BELEZA DO CENTRO HISTÓRICO

Na praça central está localizada a prefeitura de estilo renascentista, com a estátua do Roland de Quedlinburgo; ao sul o Schlossberg, com a igreja românica de St. Servatius e uma coleção de arte sacra - testemunho da história do convento de Quedlinburgo.



O distrito de Münzenberg, com a Igreja do Mosteiro de St. Marien e o vale com a igreja românica de São Wiperti e os parques Abteigarten (Jardim da Abadia) e Brühl são também Patrimônios Culturais da Humanidade.

Quedlinburgo é um exemplo raro de organização urbana. A despeito de

invasões, trocas de ciclos históricos e mudanças nos modos de produção, conseguiu preservar sua história, sua cultura, sua arte e seu modo de vida autênticos. Não é à toa o merecido título da UNESCO de maior museu a céu aberto da Alemanha e complementamos: um dos mais charmosos e singulares centros urbanos da Europa.



Por um Código de Ética para o STF

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifio, UniFMU, do Ciee/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).



Volto a comentar com os amigos leitores a posição do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) em relação ao Supremo Tribunal Federal. Estamos defendendo um código de ética para a Corte, além de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de transparência a ser aprovada pelo Congresso Nacional.

Por meio dessa proposta, buscamos a publicidade de tudo o que acontece no Supremo, sem sigilos indefinidos; que as audiências sejam todas públicas — sem amesquinhar o papel dos advogados nas chamadas sessões virtuais — e, por fim, que os despachos proferidos monocraticamente sejam julgados, já na sessão

ou semana seguinte, pelo plenário ou pela turma correspondente.

Evidentemente, essa PEC não é um ataque aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, o que, aliás, nunca fiz, sempre me opondo a tal postura. O objetivo é que voltemos a ter um Supremo com respeitabilidade nacio-

nal, para que se perceba, efetivamente, que sua função é ser guardião da Constituição, não um legislador positivo ou um administrador ad hoc.

Assim, o que o Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP) — a Casa paulista do jurista, que congrega mais de mil juristas de diversos Estados e é palco de debates sobre as grandes questões nacionais desde 1874 — está propondo, em nome de sua tradição, é uma solução efetiva para a atual crise de credibilidade da Suprema Corte.

É necessário que nossos atuais Ministros — que são ótimos juristas e cuja qualidade reconheço, tendo com muitos deles livros escritos e participado de bancas de doutoramento — atuem para que a Suprema Corte volte a ser o que era na época daqueles magistrados que a tornaram a instituição mais respeitável do Brasil.

Portanto, reitero que não estamos fazendo nenhum ataque ao Supremo, mas sim agindo em defesa da Instituição, de modo que os Ministros percebam a necessidade de a Corte retomar o prestígio e a confiança que sempre a caracterizaram.

Nessa esteira, sou contrário ao impeachment de Ministros do Supremo Tribunal Federal. Defendo, contudo, que eles voltem a atuar estritamente como julgadores, e não como atores políticos, despojando-se de preferências ideológicas para decidirem exclusivamente à luz de um Direito que não lhes cabe criar.

Significa dizer que não compete ao STF declarar que o Poder Legislativo é incapaz de exercer sua função para, a partir de então, assumir a tarefa de elaborar a lei. É imperativo que respeite as competências dos demais Poderes, ainda que discorde de suas decisões.



Nesse sentido, destaco um julgamento específico que me impressionou profundamente pela sua relevância e desdobramentos. Já sob a égide da Constituição de 1988, discutia-se a demarcação de uma faixa de fronteira entre os Estados do Acre e de Rondônia, tendo por relator do processo o Ministro José Néri da Silveira. Naquela ocasião, fui consultado pelo governo de Rondônia para elaborar um parecer sobre a questão.

Manifestei-me favoravelmente à tese de Rondônia, com base no artigo do Ato das Disposições Transitórias, que resultara de um acordo prévio firmado entre Amazonas, Acre e Rondônia, estabelecendo que aquele território deveria ser destinado a Rondônia, por força da delimitação de uma Comissão para isto designada.

Já o Ministro Néri entendia que a área deveria permanecer com o Acre, sob o argumento de que, à data da promulgação da Constituição, a região estava sob seu domínio.

Contudo, diante da referida previsão constitucional, o Ministro José Néri manifestou-se da seguinte forma: embora mantivesse sua convic-

ção pessoal a favor do Acre, decidiu em conformidade com o meu parecer, o qual transcreveu integralmente em sua decisão. Declarou-se, naquele momento, um ‘escravo da Constituição’, decidindo em favor do Estado de Rondônia, apesar de entender que seria mais justo o território continuar com o Acre.

Ou seja, mesmo possuindo uma posição pessoal distinta, preferiu cumprir o texto constitucional do que reescrevê-lo. É exatamente essa a postura que, em minha opinião, o Supremo Tribunal Federal deveria adotar de forma permanente. O Ministro José Néri foi, sem dúvida, um exemplo de integridade moral e intelectual na Suprema Corte e uma das figuras mais notáveis daquele tribunal.

Portanto, o público leitor há de compreender que, ao defender a posição do IASP e das entidades coirmãs (OAB/SP, AASP, Conselho Superior de Direito da Fecomercio/SP, entre outras), não me manifesto contra os Ministros — a quem respeito —, mas contra decisões com as quais não concordo por não estarem baseadas na Constituição.



Quando a narrativa é maior que os fatos

Nestor de Oliveira
Jornalista e escritor

No clássico e genial filme de John Ford, “O homem que matou o facinora” (The man who shot Liberty Valence), produzido em 1962, estrelado por John Wayne e James Stewart, tem, ao seu final, uma frase antológica, dita por um editor de jornal, após a entrevista com o Senador Ranson Stoddard, papel de James Stewart: “Quando a lenda é maior que o fato, publique-se a lenda”. É um filme triste, onde o personagem de John Wayne, Tom Doniphon, perde a amada e o mérito de ter matado o facinora para o futuro Senador, resultado da lenda criada pela imprensa, fama que ele aproveita e constrói sua vida pública.

A criação da lenda, não revelando a verdade, mas pela narrativa criada, é uma das melhores formas dos humanos para superavaliar seus personagens, suas histórias, nem sempre merecedores da glória, através de uma versão, maioria das vezes falsas ou mentirosas. Um fato que se repete frequentemente com esportistas, políticos, ídolos e artistas cultuados pelo grande público, cuja vida nem sempre é aquilo que a mídia e a história contam. É a melhor forma de fazer a realidade desaparecer, escondendo, muitas vezes, fatos desagradáveis, tornando os merecedores da admiração dos desavisados da verdade.

Nicolas Maduro, ex-presidente da Venezuela e atual prisioneiro de Trump, ditador por muitos anos em seu país, manipulador das eleições



que o reelegeu, teve do atual presidente do Brasil um sábio conselho: “O que você precisa fazer é construir uma narrativa para sua história”. Nos exatos moldes do filme de John Ford. Mas, o que levou o nosso presidente a dar tal conselho? Teria ele visto o clássico filme? Não acredito. Sua experiência como político é a fonte de tão primoroso conselho, ele próprio criado pela lenda urbana como o “pai dos pobres”, tal e qual o ditador Getúlio Vargas. Sua própria história, a narrativa e construção de sua lenda, ao longo dos tempos, é fonte natural e verdadeira de seu conhecimento. Nada melhor que a versão dos fatos, através de narrativas bem feitas, que a realidade deles. Enumerar suas criações, e delas ser beneficiário, é chover no molhado: fome zero, pleno emprego, índices manipulados do IBGE, quatro refeições diárias para os pobres, picanha e cerveja para todos,

desenvolvimento do país, educação para todos, minha casa minha vida, soberania brasileira e um sem fim de discursos e criações que agradam profundamente seus eleitores, crentes das suas versões. Qual o resultado para o país? Estagnação. Para se ter uma ideia, basta dizer que o PIB brasileiro é o mesmo de 2009, em dólares, algo em torno de 2,35 trilhões. Não se move deste patamar, diferentemente dos outros países do mundo, resultado da política econômica adotada desde 2002, onde se demoniza o empreendedorismo, tem os mais altos juros do mundo, discurso de que o lucro é crime, onde o trabalhador é contra o patrão, o pobre contra o rico, o “nós contra eles”. Não há como nos comparar com nenhum outro país, nosso planejamento é a manutenção da pobreza, fonte inesgotável de votos que o reelegem. Sua lenda prevalecerá em 2026?



Locação comercial mal feita pode resultar em redução do valor de venda do imóvel

Kênio de Souza Pereira

Consultor Especial da Presidência da OAB-MG; Diretor da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário – ABAMI; Vice-presidente da Comissão Especial de Direito Condominial da OAB Federal. contato@keniopereiraadvogados.com.br

Com o crescimento de redes de supermercados, bancos, concessionárias, farmácias, vestuário, mobiliário e outras atividades que preferem alugar lojas, galpões e terrenos de grande porte, para não imobilizar capital de giro, muitos locatários passaram a investir em assessoria jurídica altamente especializada. O problema é que, em diversos casos, o contrato elaborado pelo locatário, conhecido também por inquilino, torna o imóvel praticamente inviável para venda.

Não é raro o proprietário ser surpreendido ao tentar vender seu patrimônio e perceber que potenciais compradores desistem do negócio por constatar ser praticamente impossível tomar posse do imóvel. Isso ocorre quando o contrato permite que o locatário permaneça por décadas, mesmo contra a vontade do locador.

Esses contratos, redigidos por advogados do locatário, costumam conter cláusulas complexas. Em geral, o locador e o corretor não identificam os riscos por não dominarem as várias normas que impactam a locação comercial e industrial. Até para advogados de outras áreas é desafiador avaliar esses instrumentos quando não atuam nos litígios que surgem dessas relações.

IMÓVEL INVIÁVEL DE SER RETOMADO PERDE VALOR

Assinar um contrato “contando com a sorte”, confiando em consultoria amadora ou naquele advogado



que apenas “dá uma olhada”, gera surpresas, pois é ignorado que apenas uma palavra pode alterar o que se espera do negócio. Quando compradores não enxergam possibilidade real de retomada, o imóvel perde atratividade e sofre desvalorização significativa, em alguns casos chegando a 40%. Por isso, alguns locatários aproveitam para adquirir o bem por preço de oportunidade.

Há situações em que o locador, já recebendo aluguel abaixo do mercado, descobre tarde demais que perdeu a condição de propor a revisão judicial do aluguel. Em outros casos, fica obrigado a indenizar obras realizadas para beneficiar o locatário. E não é incomum ser forçado a renovar o contrato por mais cinco anos, mesmo contra sua vontade, transformando a locação em algo praticamente perpétuo.

O CONTRATO DEVE SER REDIGIDO PELO LOCADOR

Esses problemas são evitados quando o proprietário contrata advogado especializado para redigir o contrato com foco na proteção de

seus interesses. É um erro economizar e deixar essa tarefa a cargo do locatário, que naturalmente inserirá cláusulas destinadas a protegê-lo.

O proprietário precisa compreender que pode negociar prazo, condições e preço como entender mais adequado. Quando mal assessorado, ocorre o contrário, sobretudo diante de empresas de grande porte que impõem modelos prontos ao locador ou à imobiliária despreparada e ansiosa por fechar o negócio.

CADA UM CUIDA DO SEU INTERESSE

Ao presidir a Comissão de Direito Imobiliário da OAB-MG por 12 anos (2010/21), presenciei situações que o locatário “lança uma isca” para desviar a atenção do locador, resultando na perda do controle sobre o imóvel diante de armadilhas contratuais.

Por outro lado, também atuei em casos em que o locador obteve ganhos expressivos ao impor cláusulas bem estruturadas, evitando ficar à mercê da Ação Renovatória, frequentemente utilizada de forma estratégica por empresas para ampliar vantagens.

Quem investe em assessoria jurídica experiente, negocia melhor e reduz riscos. É temerário deixar uma negociação dessa magnitude nas mãos de quem não domina a redação de contratos comerciais, muito diferentes dos modelos simples utilizados nas locações residenciais que são mais fáceis de serem resolvidas.



Iago Marques leva territórios sentidos à Casa Fiat de Cultura em “Telúricas”

Rachel Capucio
Advogada especialista
em Cultura



A Casa Fiat de Cultura recebe até 29 de março, a exposição *Telúrica*, do artista visual belo-horizontino Iago Marques, em formato presencial e virtual. A mostra ocupa espaços da instituição, propondo um diálogo entre obras, público e ambiente, e reúne 20 pinturas em acrílica sobre tela, de variados tamanhos, que exploram sensações e atmosferas inspiradas tanto na natureza quanto no ambiente urbano.

Com curadoria voltada para pesquisas contemporâneas na arte visual, a Casa Fiat de Cultura reforça com *Telúricas* seu compromisso com produções que expandem as possibilidades do olhar. A instituição tem se destacado por promover artistas emergentes e consolidar trajetórias que ressignificam a presença da arte no cotidiano da cidade.

As pinturas de Marques não partem de representações literais, mas de atmosferas emotivas. O título da expo-

sição faz alusão às forças primordiais da terra e às energias sutis que atravessam os territórios, físicos e simbólicos. As obras são, segundo o artista, paisagens sentidas mais do que vistas, onde o gesto pictórico se articula com cor, textura e ritmo, convidando o visitante a uma experiência sensível.

Filho de uma artesã do bordado, Iago Marques teve contato com manualidades desde a infância. Esse vínculo com o fazer artesanal atravessou sua trajetória estética e consolidou na pintura um espaço de acolhimento do olhar e de escuta atenta ao que vibra sob a superfície das coisas. “*Telúricas*” reúne peças que expressam essa escuta, explorando a memória dos lugares, a vibração do território e a matéria em constante transformação.

Na proposta curatorial da Casa Fiat de Cultura, a exposição cria um percurso imersivo em que imagens e formas se entrelaçam, gerando um caminho a ser vivenciado e explo-

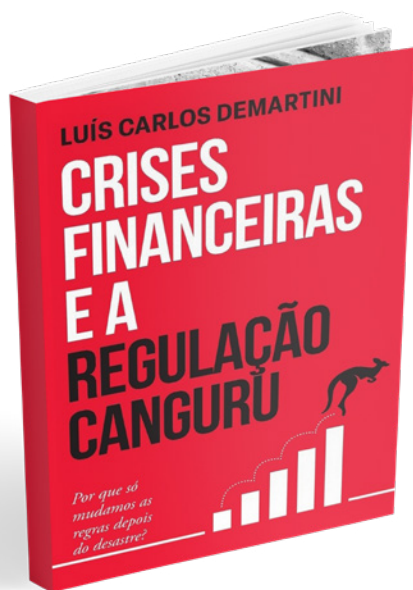
rado pelo público. Guiado por um lirismo de cadência quase musical, o artista brinca com os elementos que compõem sua obra, convidando o visitante a navegar entre sensações, fragmentos de paisagens e gestos pictóricos que ampliam a experiência estética.

Com *Telúricas*, a Casa Fiat de Cultura reforça seu papel como espaço dedicado à experimentação, à reflexão e à fruição artística, consolidando-se como ponto de encontro entre artistas, público e tendências que marcam a arte contemporânea.

Informações:

*Praça da Liberdade, nº 10,
Funcionários - Belo Horizonte/MG*
Contato: (31) 3289-8900
Horário de funcionamento:
Terça a sexta-feira, das 10h às 21h. Sábados, domingos e feriados, das 10h às 18h.

Crises financeiras seguem padrões e não o acaso



Quebras bancárias, bolhas especulativas e ruptura das estruturas de capitais costumam ser tratados como acidentes imprevisíveis. Mas, para o executivo financeiro Luís Carlos Demartini, esses episódios revelam padrões claros, fragilidades conhecidas e respostas institucionais quase sempre tardias. Em *Crises Financeiras e a Regulação Canguru: Por que só mudamos as regras depois do desastre?*, o autor articula análise histórica e reflexão sobre as normas que governam o sistema financeiro.

Demartini parte de sua experiência prática e acadêmica para mostrar como crises e regulação não podem

Colapsos históricos e a urgência de antecipar riscos estruturais são analisados pelo executivo financeiro Luís Carlos Demartini em livro que conecta economia, história e política financeira

ser compreendidas separadamente. Ao revisitar episódios centrais da história econômica, o autor analisa por que alertas recorrentes são frequentemente ignorados até que os riscos assumam dimensão sistêmica.

“Crises financeiras não são fenômenos imprevisíveis ou obra do acaso: elas seguem padrões, revelam fragilidades conhecidas e poderiam ser mitigadas se a regulação fosse tratada como instrumento de prevenção, e não apenas como resposta tardia”, afirma Luís.

Um dos conceitos centrais da obra é a Regulação Canguru, metáfora criada pelo escritor para descrever o comportamento histórico dos sistemas regulatórios. Assim como o animal avança em saltos, as normas financeiras tendem a surgir de forma abrupta e reativa após grandes colapsos, em vez de evoluírem de maneira contínua. A simbologia ajuda a compreender por que as mudanças nas regras, embora importantes, frequentemente chegam tarde demais.

A narrativa combina rigor técnico e linguagem acessível, apoiada em fontes especializadas e exemplos

concretos, tornando-a relevante tanto para profissionais e estudantes da área quanto para leitores interessados em compreender o funcionamento do sistema financeiro. Ao traduzir conceitos complexos sem perder densidade, a obra amplia o debate sobre o papel da regulação como ferramenta de estabilidade econômica.

Crises Financeiras e a Regulação Canguru é uma análise sobre como normas, instituições e políticas públicas são construídas. Em vez de se limitar à interpretação de desastres passados, o autor propõe uma leitura crítica do presente e provoca uma reflexão sobre caminhos possíveis para o futuro do sistema financeiro.

Ficha técnica

Título: *Crises Financeiras e a Regulação Canguru: Por que só mudamos as regras depois do desastre?*

Autor: Luís Carlos Demartini

Editor: UmLivro

ISBN/ASIN: 978-65-01-71482-0

Páginas: 400

Preço: R\$ 49,95 (ebook) | 97,90 (físico)

Onde comprar: Amazon



O autor: Luís Carlos Demartini é gerente executivo na área financeira desde 2010, atuando em gerenciamento de riscos e planejamento de capital. Foi professor universitário por dezoito anos nas áreas de Estatística e Matemática, com experiência em Finanças e Gestão.

Instagram: @demartiniluiscarlos

De acordo com as estatísticas oficiais divulgadas pelo **Google Analytics Search**, MercadoComum obteve:

EM JANEIRO DE 2026

4.550.007

VISUALIZAÇÕES
DE LEITORES DO BRASIL E EXTERIOR

MercadoComum é um veículo independente, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais e circula mensalmente, no 1º dia de cada mês, com a sua edição eletrônica. Por ocasião de suas premiações edita as suas edições também na forma impressa.

Atualmente, encontra-se em seu 33º ano e é encaminhada em PDF - também e mensalmente, por e-mail, Whatsapp, LinkedIn, Facebook, Telegram e Instagram, a mais de 120 mil endereços eletrônicos - para um público notoriamente formador de opinião, o que inclui as mais destacadas expressões do pensamento e do mundo econômico, político, acadêmico científico e cultural de Minas Gerais e do Brasil.

A sua distribuição é gratuita e direcionada aos dirigentes das grandes e médias empresas nacionais e estrangeiras, investidores institucionais e pessoas físicas, autoridades do alto escalão governamental e para diversas instituições federais, estaduais e municipais, entidades públicas e privadas, associações e sindicatos de classe, além de instituições de ensino superior do país.

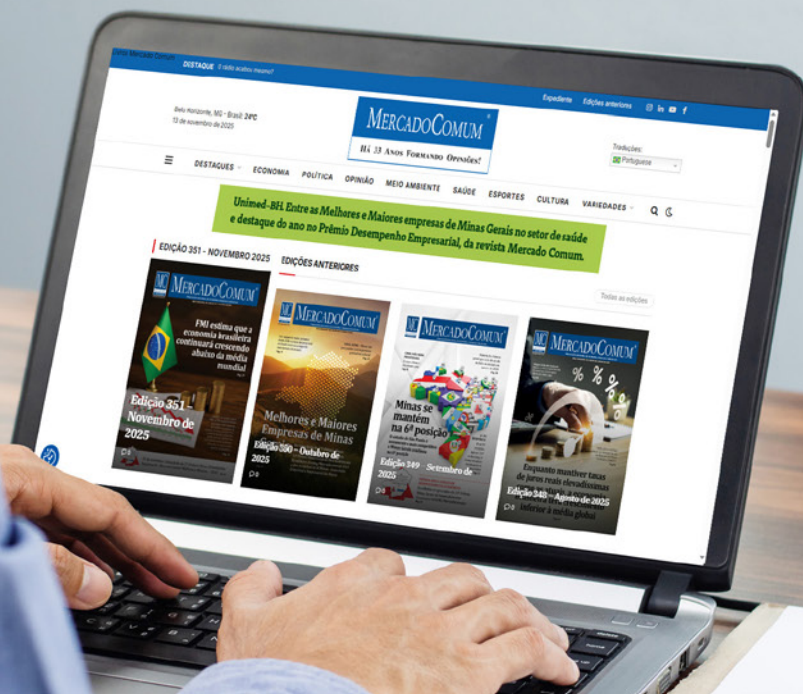
Desde seu início é presidida pelo economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira. Além de um Conselho Editorial composto por expressões ilustres, dispõe de um Conselho Consultivo formado por inúmeras personalidades e lideranças empresariais e econômicas. Os artigos veiculados têm como foco economia, finanças, administração e negócios. Além de contar com jorna-

listas especializados, destaque especial cabe aos artigos escritos por inúmeros colaboradores espontâneos, que com a sua vivência e experiência profissional enriquecem e engrandecem a publicação.

MercadoComum não é uma publicação apenas voltada à economia e finanças. Possui regularmente, também, várias outras diferentes seções, como: Cultura, Gastronomia, Turismo, Mobilidade Urbana, Política, Opinião, Doutrina Jurídica etc.

Realiza vários eventos anuais, como: Prêmio Top of Mind - Marcas de Sucesso (30 edições); Prêmio Minas - Desempenho Empresarial (27 edições); o Ranking das Empresas de Minas Gerais (29 edições); O Poder em Minas (5 edições) e o Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico ASSEMG/MercadoComum (13 edições); o Troféu JK de Cultura e Desenvolvimento; os Encontros Empresariais de Economia, Finanças e Negócios (47 edições), Festa Julhina Araraíá da Esperança (17 edições) além de diversos seminários, palestras e ciclos de debates.

Coordena o Fórum JK de Desenvolvimento Econômico. Destacam-se, ainda, a edição de várias outras publicações especiais: "JK-50 Anos de Progresso em 5 Anos de Governo"; "A Economia com Todas as Letras e Números"; "Cultura é Desenvolvimento"; "Meandros do Poder"; "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento - Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".



Acesse:

www.mercadocomum.com

**ANUNCIE NA MELHOR
REVISTA DE ECONOMIA
DE MINAS**

MinasPart Comunicação Ltda
Rua Padre Odorico, 128
10º andar - São Pedro
Belo Horizonte - MG

Tel.: (31) 3281-6474
newsletter@mercadocomum.com

MERCADOCOMUM

HÁ 33 ANOS FORMANDO OPINIÕES!